



DIÁRIO

da Assembleia da República

VI LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1991-1992)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 6 DE DEZEMBRO DE 1991

Presidente: Ex.^{mo} Sr. José Manuel Maia Nunes de Almeida

Secretários: Ex.^{mos} Srs. João Domingos Fernandes de Abreu Salgado

Vítor Manuel Caio Roque

José Mário Lemos Damião

Maria da Conceição Figueira Rodrigues

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 15 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa de diversos diplomas.

Foi aprovado um parecer da Comissão de Regimento e Mandatos sobre substituição de deputados do CDS, do PSD e do PS.

A Assembleia deu assentimento à viagem de carácter oficial do Sr. Presidente da República a Bruxelas e Paris, entre os dias 8 e 12 do próximo mês de Dezembro.

Em sessão de perguntas ao Governo, usaram da palavra, além do Sr. Ministro da Administração Interna (Dias Loureiro),

dos Srs. Secretários de Estado dos Recursos Naturais (António Taveira), dos Recursos Educativos (Epijânio da Franca) e da Juventude (Ribeiro da Silva) e da Sr.ª Subsecretária de Estado Adjunta do Secretário de Estado da Cultura (Maria José Nogueira Pinto), os Srs. Deputados Naranha Coissoró (CDS), José Gameiro dos Santos (PS), André Martins (Os Verdes), António Filipe (PCP), Maria Julieta Sampaio (PS), Luís Nobre (PSD) e Fernando Pereira Marques (PS).

O Sr. Presidente encerrou a sessão eram 12 horas e 50 minutos.

O Sr. Presidente (José Manuel Maia): — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 10 horas e 15 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PPD/PSD):

Adérito Manuel Soares Campos.
 Adriano da Silva Pinto.
 Alberto Monteiro de Araújo.
 Álvaro José Martins Viegas.
 Álvaro Roque de Pinho Bissaia Barreto.
 Ana Paula Matos Barros.
 António de Carvalho Martins.
 António do Carmo Branco Malveiro.
 António Esteves Morgado.
 António Fernandes de Sá e Abreu.
 António Joaquim Correia Vairinhos.
 António José Barradas Leitão.
 António Manuel Fernandes Alves.
 António Maria Pereira.
 António Rolcira Marinho.
 António da Silva Bacelar.
 Aristides Alves Nascimento Teixeira.
 Arlindo da Silva André Moreira.
 Armando de Carvalho Guerreiro da Cunha.
 Arménio dos Santos.
 Belarmino Henriques Correia.
 Bernardino Gata da Silva.
 Carlos Alberto Lopes Pereira.
 Carlos Lélis da Câmara Gonçalves.
 Carlos Manuel Duarte Oliveira.
 Carlos Manuel Marta Gonçalves.
 Carlos Manuel Oliveira da Silva.
 Carlos Miguel de Valleré P. de Oliveira.
 Cecília Pita Catarino.
 Delmar Ramiro Palas.
 Domingos Duarte Lima.
 Domingos José Soares Almeida Lima.
 Duarte Rogério Matos Pacheco.
 Eduardo Alfredo Pereira da Silva.
 Elói Franklin Fernandes Ribeiro.
 Ema Maria Loia Paulista.
 Fernando Carlos Branco M. Andrade.
 Fernando José Roque Correia Afonso.
 Fernando Manuel Alves Cardoso Ferreira.
 Fernando dos Reis Condesso.
 Fernando Santos Pereira.
 Francisco Antunes da Silva.
 Francisco João Bernardino da Silva.
 Guido Orlando de Freitas Rodrigues.
 Guilherme Henrique Rodrigues Silva.
 Hilário Torres Azevedo Marques.
 José Alberto Granja dos S. Silva.
 João Álvaro Poças Santos.
 João Domingos Fernandes de Abreu Salgado.
 João José Pedreira de Matos.
 João José da Silva Maças.
 João do Lago Vasconcelos Mota.
 João Maria Leitão de Oliveira Martins.
 Joaquim Cardoso Martins.
 Joaquim Eduardo Gomes.
 Joaquim Manuel Cabrita Neto.
 Joaquim Maria Fernandes Marques.
 Joaquim Vilela de Araújo.
 Jorge Paulo Seabra Roque da Cunha.

José Alberto Puig dos Santos Costa.
 José de Almeida Cesário.
 José Ângelo Ferreira Correia.
 José Augusto Santos da Silva Marques.
 José Bernardo Veloso Falcão e Cunha.
 José Fortunato Freitas Costa Leite.
 José Guilherme Coelho dos Reis.
 José Guilherme Reis Leite.
 José Júlio Carvalho Ribeiro.
 José Leite Machado.
 José Macário Custódio Correia.
 José Manuel Borregana Meireles.
 José Manuel da Silva Costa.
 José Mário Gaspar.
 José Mário Lemos Damião.
 Luís António Carrilho da Cunha.
 Luís António Martins.
 Luís Carlos David Nobre.
 Luís Filipe Garrido Pais de Sousa.
 Manuel Antero da Cunha Pinto.
 Manuel Castro de Almeida.
 Manuel Joaquim Baptista Cardoso.
 Manuel Lima Amorim.
 Manuel Maria Moreira.
 Manuel da Silva Azevedo.
 Maria Margarida Taveira Sousa.
 Maria da Conceição Figueira Rodrigues.
 Maria da Conceição U. de Castro Pereira.
 Maria Fernandes Correia da Mota Pinto.
 Maria Fernanda Dias Cardoso.
 Maria Luísa Lourenço Ferreira.
 Maria de Lurdes Póvoa Costa.
 Maria Manuela Aguiar Dias Moreira.
 Marília Dulce Coelho Morgado Raimundo.
 Mário Jorge Belo Maciel.
 Mário Oliveira Mendes dos Santos.
 Melchior Ribeiro Pereira Moreira.
 Miguel Bento Martins de Macedo e Silva.
 Miguel Fernando Cassola Miranda Relvas.
 Nuno Francisco F. Delerue Alvim de Matos.
 Olindo Henriques de Cruz Ravara.
 Pedro Augusto Cunha Pinto.
 Pedro Domingos de Sousa Holstein Campilho.
 Pedro Manuel Mamede Passos Coelho.
 Rui Alberto Limpo Salvada.
 Rui Carlos Alvarez Carp.
 Rui Fernando da Silva Rio.
 Rui Manuel Lobo Gomes da Silva.
 Rui Manuel Parente Chancerelle de Machete.
 Simão José Ricon Peres.
 Telmo José Moreno.
 Virgílio de Oliveira Carneiro.
 Vítor Manuel da Igreja Raposo.
 Vítor Pereira Crespo.

Partido Socialista (PS):

Abílio Aleixo Curto.
 Alberto Bernardes Costa.
 Américo Albino Salteiro.
 Ana Maria Dias Bettencourt.
 António Alves Marques Júnior.
 António Alves Martinho.
 António Carlos Ribeiro Campos.
 António Fernandes da Silva Braga.
 António José Crisóstomo Teixeira.

António José Martins Seguro.
 António Luís Santos Costa.
 António Manuel de Oliveira Guterres.
 António Ribeiro Marques da Silva.
 Armando António Martins Vara.
 Artur Rodrigues Pereira dos Penedos.
 Carlos Cardoso Lage.
 Edite Fátima Marreiros Estrela.
 Eduardo Luís Barreto Ferro Rodrigues.
 Eduardo Ribeiro Pereira.
 Elisa Maria Ramos Damião Vieira.
 Eurico José Palheiros de Figueiredo.
 Fernando Alberto Pereira de Sousa.
 Fernando Alberto Pereira Marques.
 Fernando Manuel Lúcio Marques da Costa.
 Guilherme Valdemar Oliveira Martins.
 Gustavo Rodrigues Pimenta.
 Jaime José Matos da Gama.
 João Eduardo Coelho Ferraz de Abreu.
 João Maria Lemos de Menezes Ferreira.
 João Rui Gaspar de Almeida.
 Joaquim Américo Fialho Anastácio.
 Jorge Lação Costa.
 Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho.
 José Alberto Rebelo dos Reis Lamego.
 José Apolinário Nunes Portada.
 José Barbosa Mota.
 José Eduardo Vera Cruz Jardim.
 José Ernesto Figueira dos Reis.
 José Manuel Lello Ribeiro de Almeida.
 José Manuel Oliveira Gameiro dos Santos.
 José Rodrigues Pereira dos Penedos.
 José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa.
 Júlio Francisco Miranda Calha.
 Júlio da Piedade Nunes Henriques.
 Laurentino José Monteiro Castro Dias.
 Leonor Coutinho Pereira dos Santos.
 Luís Filipe Nascimento Madeira.
 Luís Manuel Capoulas Santos.
 Manuel António dos Santos.
 Maria Julieta Ferreira Baptista Sampaio.
 Maria Teresa Santa Clara Gomes.
 Mário Manuel Videira Lopes.
 Raúl d'Assunção Pimenta Rêgo.
 Raul Fernando Sousela da Costa Brito.
 Rogério Conceição Martins.
 Rui António Ferreira da Cunha.
 Rui do Nascimento Rabaça Vieira.
 Vítor Manuel Caio Roque.

Partido Comunista Português (PCP):

Agostinho Nuno Azevedo Ferreira Lopes.
 António Filipe Gaião Rodrigues.
 Jerónimo Carvalho de Sousa.
 José Manuel Maia Nunes de Almeida.
 Luís Manuel Silva Viana de Sá.
 Maria de Lourdes D. Fernandes Hespanhol.
 Maria Odete dos Santos.
 Octávio Augusto Teixeira.

Centro Democrático Social (CDS):

Adriano José Alves Moreira.
 José Luís Nogueira de Brito.
 Manuel de Almeida Cambra.
 Manuel Tomás Rodrigues Queiró.
 Narana Sinai Coissoró.

Partido Ecologista Os Verdes (PEV):

André Valente Martins.
 Isabel Maria de Almeida e Castro.

Partido da Solidariedade Nacional (PSN):

Manuel Sérgio Vieira e Cunha.

Deputados independentes:

João Corregedor da Fonseca.
 Mário António Baptista Tomé.

Srs. Deputados, o Sr. Secretário vai dar conta dos diplomas que deram entrada na Mesa.

O Sr. Secretário (João Salgado): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, deram entrada na Mesa, e foram admitidos, os seguintes diplomas: projectos de lei n.º 17/VI (PCP) — Criação da freguesia de Sabroso de Aguiar, no concelho de Vila Pouca de Aguiar —, que baixou à 6.ª Comissão, 18/VI (PCP) — Lei quadro de apoio ao associativismo —, que baixou à 3.ª Comissão, e 19/VI (deputado de Os Verdes André Martins) — Prorrogação do prazo dos planos municipais de ordenamento do território, que baixou à 6.ª Comissão; ratificação n.º 7/VI (PS) — Decreto-Lei n.º 413/91, de 19 de Outubro, que define o regime de regularização de actos de provimento de agentes e funcionários dos serviços dos municípios e estabelece sanções para a prática de actos de provimento nulos ou inexistentes, e projecto de deliberação n.º 4/VI (PS) — Situação ambiental da zona ribeirinha do rio Alviela e da bacia de Minde/Mira de Aire, que baixou à 6.ª Comissão.

O Sr. Presidente (José Manuel Maia): — Srs. Deputados, o Sr. Secretário vai proceder à leitura de um relatório e parecer da Comissão de Regimento e Mandatos sobre substituição de deputados.

O Sr. Secretário (Lemos Damião): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, o relatório e parecer refere-se à substituição dos Srs. Deputados Rui Marques, do CDS, por Manuel de Almeida Cambra, a partir do dia 4 de Dezembro, Leonardo Ribeiro de Almeida, do PSD, por José Guilherme Coelho dos Reis, a partir do dia 4 de Dezembro corrente até ao dia 18 do mesmo, e Carlos Candal, do PS, por Rosa Maria da Silva da Horta Albernaz, a partir do dia 4 de Dezembro até dia 18 do mesmo.

O Sr. Presidente (José Manuel Maia): — Srs. Deputados, está em apreciação.

Não havendo pedidos de palavra, vamos votar o parecer.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PSN.

Srs. Deputados, vou ler uma comunicação de S. Ex.ª o Sr. Presidente da República, que é do seguinte teor:

Estando prevista a minha deslocação a Bruxelas e Paris, entre os dias 8 e 12 do próximo mês de Dezembro, em viagem de carácter oficial, para presidir, respectivamente, ao encerramento da Europália e à cerimónia de atribuição de condecorações a várias personalidades, na Embaixada de Portugal, em Paris, venho requerer, nos termos dos artigos 132.º, n.º 1, e

166.º, alínea b), da Constituição, o necessário assentimento da Assembleia da República.

Entretanto, interromperei esta deslocação para estar presente, no próximo dia 10 de Dezembro, na sessão plenária da Assembleia da República comemorativa da aprovação, pela Assembleia Geral da ONU, da Declaração Universal dos Direitos do Homem.

Apresento a V. Ex.ª os meus respeitosos cumprimentos.

Srs. Deputados, a Comissão de Negócios Estrangeiros, Comunidades Portuguesas e Cooperação já aprovou o parecer e proposta de resolução, que o Sr. Secretário João Salgado vai ler.

O Sr. Secretário (João Salgado): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: É do seguinte teor:

Nos termos do n.º 1 do artigo 132.º da Constituição, a Assembleia da República dá o assentimento à viagem de carácter oficial de S. Ex.ª o Presidente da República a Bruxelas e Paris, entre os dias 8 e 12 do corrente mês de Dezembro.

O Sr. Presidente (José Manuel Maia): — Vamos votar o parecer e proposta de resolução.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PSN e dos deputados independentes João Corregedor da Fonseca e Mário Tomé.

O Sr. José Apolinário (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra para uma interpelação à Mesa.

O Sr. Presidente (José Manuel Maia): — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. José Apolinário (PS): — Sr. Presidente, utilizando a figura regimental da interpelação, gostaria de informar a Câmara que fizemos chegar à Mesa, atempadamente, um projecto de deliberação visando adoptar um conjunto de medidas a propósito dos grupos de jovens visitantes à Assembleia da República.

Julgamos que se trata de uma matéria que pode reunir um vasto consenso, pois trata-se da dignificação e, de alguma forma, da abertura do Parlamento aos mais jovens.

Nesse sentido, a minha interpelação visa suscitar junto dos demais grupos parlamentares e, em particular, dos parlamentares mais interessados na dignificação da imagem da Assembleia da República, um consenso para que esse projecto de deliberação não apareça apenas como uma iniciativa do Partido Socialista, mas de todos os partidos com assento nesta Câmara.

O Sr. Jorge Paulo da Cunha (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa.

O Sr. Presidente (José Manuel Maia): — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Jorge Paulo da Cunha (PSD): — Sr. Presidente, quando a Mesa anunciou uma iniciativa do Sr. Deputado António Filipe, nomeadamente em relação ao apoio ao associativismo juvenil, suponho ter ouvido que ela iria baixar exclusivamente à 3.ª Comissão. Por este motivo, e sob a forma de interpelação à Mesa, gostaria de saber por que é que essa iniciativa legislativa não baixa também à Comissão de Juventude?

O Sr. Presidente (José Manuel Maia): — Sr. Deputado Jorge Paulo da Cunha, penso que a forma mais rápida de resolver a questão que coloca é fazer baixar essa iniciativa às duas comissões, à 3.ª, que é a de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, e à de Juventude.

Sr. Deputado José Apolinário, o repto está lançado.

Permita-me, no entanto, chamar a atenção dos Srs. Deputados para o que é uma interpelação à Mesa.

Assim, e para que todos tenhamos a mesma linguagem, vou ler o artigo do Regimento relativo à figura da interpelação que diz que os deputados podem interpelar a Mesa quando tenham dúvidas sobre as decisões desta ou a orientação dos trabalhos.

Vamos agora continuar os nossos trabalhos, com a formulação de perguntas ao Governo.

Para fazer uma pergunta ao Sr. Ministro da Administração Interna, tem a palavra o Sr. Deputado Narana Coissoró.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Administração Interna: Tem V. Ex.ª conhecimento — pois, segundo diz a imprensa, já mandou averiguar os factos e proceder a um inquérito — dos lamentáveis acontecimentos verificados no dia 20 de Novembro, na Rua da Boa Hora, no Porto?

Com efeito, naquele dia, os estudantes universitários encontravam-se em frente dos seus Serviços Sociais, reivindicando o pagamento das bolsas de estudo relativas ao mês de Setembro, que não tinham sido pagas e constava que não seriam pagas, aliás, como também já não tinham sido pagas as bolsas relativas ao mês de Outubro.

E enquanto o Sr. Presidente dos Serviços Sociais, Dr. João Carvalho, explicava aos estudantes quando essas bolsas seriam pagas, eventualmente no mês de Novembro — e faço, desde já, notar que, naquele momento, os estudantes nem sequer estavam a protestar ou a provocar quaisquer distúrbios, mas simplesmente a ouvir as explicações para depois dizerem de sua justiça —, verificou-se que um grupo de policiais, por sua livre iniciativa, pois, segundo consta, não foi pedida a sua intervenção, quer pelos Serviços Sociais da Universidade quer pelas autoridades académicas competentes, quer pelo governador civil, quer por qualquer outra entidade, começaram a forçar a dispersão dos estudantes, não de forma ordeira, mas recorrendo à «carga policial».

Em consequência desta atitude, alguns estudantes foram agredidos e outros feridos e outros ainda levados para a esquadra de polícia, onde, segundo consta — mas V. Ex.ª dirá se é ou não verdade —, também foram agredidos.

Para além disto, não posso deixar também de referir o caso caricato que aconteceu com um guarda prisional de Custódias, à paisana, que, a certa altura, se meteu entre os policiais e, por sua conta e risco, deu largas ao instinto sádico, gritando «quando estiverem em Custódias vão levar mais no lombo», começou a bater nos jovens, que não sabiam por que é que o guarda estava lá, nem quem é que o tinha chamado e porque «estavam a levar no lombo».

Realmente, não se compreende, e é de condenar, esta actuação. Segundo a história, a rainha Antonieta de França, quando o povo lhe pedia pão, oferecia bolos; aqui, parece que a polícia, quando os estudantes pedem bolsas, oferece-lhes «cargas no lombo».

Não sei se é esta a política de juventude do Governo ou é só o abuso da polícia que pensou que o facto de o Governo estar apoiado numa maioria absoluta do PSD podia dar largas a este tipo de comportamento. Não percebemos por que

tudo isto aconteceu, e, pela primeira vez, somos surpreendidos com a violência policial sobre estudantes que estavam a pedir o que é justo, isto é, as bolsas de estudo a que têm direito.

V. Ex.^a, Sr. Ministro, dirá de sua justiça.

(O orador reviu.)

O Sr. Presidente (José Manuel Maia): — Para responder, se assim o desejar, tem a palavra o Sr. Ministro da Administração Interna.

O Sr. Ministro da Administração Interna (Dias Loureiro): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Quero começar por agradecer ao Sr. Deputado Narana Coissoró a pergunta que me fez, assim como ao deputado do Partido Socialista que também irá interpelar-me, porque me dão uma oportunidade para vir à Assembleia da República.

Apesar de já ter anunciado que desejava ter uma reunião com a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias para expor a política do meu Ministério, uma vez que não tive oportunidade de o fazer, aquando do debate do Programa do Governo, considerei que — sendo o responsável por este Ministério que tem vectores importantes, nomeadamente o da segurança interna, no qual a Assembleia da República tem uma palavra forte a dizer — era minha obrigação vir a este órgão de soberania tomar mais explícito o Programa do Governo neste sector.

V. Ex.^a, ao formular-me esta pergunta, antecipou a minha vinda aqui, mas isso não quer dizer que não venha à Comissão, virei na próxima semana e, então, falaremos de todos os aspectos que entenderem e que têm a ver com a política que está sob a incumbência do Ministério da Administração Interna.

Sr. Deputado Narana Coissoró, é evidente que o problema que acabou de referir é, de facto, mais vasto, pois trata-se da segurança em Portugal e, certamente, V. Ex.^a leu com atenção o que diz o Programa do Governo nesta matéria.

Com efeito, procurámos identificar e tornar suficientemente claros os princípios fundamentais pelos quais o Governo se guia nesta questão da segurança. No entanto, entendi que os devíamos tornar mais explícitos e mais aprofundados, explicando melhor o conteúdo do texto «magro» — como, aliás, tinha de ser — que faz parte do Programa do Governo.

Por este motivo, produzi um discurso na Escola Superior de Polícia, onde procurei, em primeiro lugar, com algum detalhe, dizer quais os princípios estruturantes da política, em segundo lugar, referir os princípios políticos da acção e, num terceiro momento, como consequência dos dois primeiros, tornar claros alguns princípios de aplicação prática destes dois primeiros.

Se V. Ex.^a me permite vou deixar-lhe este discurso, pois, porventura, não o conhece, e tenho todo o gosto em fazê-lo chegar às suas mãos. Assim farei também em relação à Comissão na próxima semana.

No entanto, agora, como pano de fundo de todo este problema — e para que V. Ex.^a tenha resposta à questão que me colocou, aliás, com alguma ironia e cujo gosto não vou discutir, sobre se era esta a política de juventude do Governo —, passo a citar alguns pontos daquele discurso que proferi e que contém algumas traves mestras da política do Ministério da Administração Interna.

Assim, Sr. Deputado, a certa altura, e referindo-me a um princípio que é para nós fundamental, dizia eu: «É por isso claro para nós, como princípio orientador, de que não nos desviaremos, que o fim último da acção das forças de segurança é o serviço à comunidade.»

Este é, de facto, um princípio fundamental para nós!

E continuava: «Certamente para tal estão as forças de segurança investidas do atributo da autoridade. Mas o exercício da autoridade torna-se assim um valor instrumental que se exerce nos estritos termos da lei para servir a comunidade. E são estes princípios que têm de dar corpo a uma relação nova e fecunda entre as forças de segurança e os cidadãos.

Por isso, é necessário que todos saibam e sintam que a função policial não existe para perseguir os cidadãos, que os agentes das forças de segurança e os cidadãos não estão em lados opostos da barricada.

Pelo contrário, é necessário que se saiba e se sinta que os agentes das forças de segurança, reprimindo e prevenindo comportamentos anti-sociais, existem para que os cidadãos que vivem conformemente às leis estabelecidas possam, em plenitude, exercer os seus direitos.

É esta a relação que é preciso desenvolver entre os agentes das forças de segurança e os cidadãos, entre cada cidadão e cada agente de segurança.»

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Muito bem!

O Orador: — De qualquer modo, vou ter todo o prazer em lhe dar uma cópia do discurso integral que proferi na Escola Superior de Polícia.

Nele estão contidos, Sr. Deputado Narana Coissoró e Srs. Deputados, aquilo que para mim são os princípios estruturantes e fundadores de uma política de segurança de um Estado democrático.

Quero que estes princípios fiquem claros, desde o início, para a sociedade e para as forças de segurança; por isso produzi este discurso no princípio do mandato deste Governo. Para quê? Sobretudo para que a actuação das forças de segurança não constitua uma actuação casuística, desenhada de grandes princípios, e que seja, sim, uma actuação enquadrada pelos princípios que o poder político defende e, aliás, aprovou nesta Assembleia.

Quanto aos incidentes do Porto — e para terminar —, após ter tomado conhecimento dos mesmos, pedi uma relação à PSP, que chegou vinte e quatro horas depois.

Entretanto, o Sr. Provedor de Justiça pediu-me cópia desse relatório e enviou-lha imediatamente.

Nesse primeiro relatório apus um despacho no sentido de que me fosse dado um outro mais circunstanciado dos factos, que chegou algumas horas depois, e desse segundo relatório dei, também, cópia ao Sr. Provedor de Justiça.

Logo de seguida o Sr. Provedor de Justiça anunciou nos jornais que ia pedir a instauração de um inquérito.

O Governo Civil do Porto recebeu os estudantes e o Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Administração Interna, a meu pedido, recebeu-os também.

Agora, com data de dia 3, recebi um despacho do Sr. Provedor de Justiça dizendo, em suma, o seguinte: «O Sr. Ministro da Administração Interna tem revelado o melhor sentido de cooperação com o Provedor de Justiça, tendo o seu Gabinete enviado ao meu próprio Gabinete alguns elementos provindos do Comando Geral da PSP.

Entretanto, a Comissão Promotora da Associação de Bolseiros da Universidade do Porto e a Federação Académica do Porto habilitaram-me com uma vasta documentação, que reputo do maior relevo.

Face a isto, sugiro ao Sr. Ministro da Administração Interna que seja constituída uma comissão de inquérito que integre um coordenador da Provedoria de Justiça, por mim

designado, um representante do Ministério da Administração Interna e um representante do Sr. General Comandante da PSP.»

Quero dizer-lhe, Sr. Deputado, que recebi ontem este despacho e irei responder hoje mesmo, afirmativamente, ao Sr. Provedor de Justiça, mostrando toda a disponibilidade, quer da PSP, que também terá de indicar uma pessoa, quer do Ministério, para que este inquérito seja levado a cabo.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente (José Manuel Maia): — Sr. Deputado Narana Coissoró, tem a palavra para pedir esclarecimentos.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Sr. Ministro, sobre a pergunta em concreto diz-nos zero, porque, efectivamente, não nos esclarece se realmente há ou não má actuação da polícia, se está identificado o guarda prisional de Custódias, porque é que bateu, quem é que chamou a polícia, porque é que foi tomada esta iniciativa, etc., etc., tudo o que foi perguntado.

V. Ex.^a diz-nos que fez um discurso. Pelos vistos, não sei se este discurso foi feito antes, ou depois da carga policial. Se foi feito antes, já tem aí o resultado do seu discurso. Discursos fazem-se e as cargas repetem-se!... Se a carga policial ocorreu antes, os tais que levaram no lombo do guarda de Custódias não devem ter acalmado a dor com o discurso de V. Ex.^a Não é verdade, Sr. Ministro?

Ora bem, todos fazemos discursos. O que é preciso é saber se, efectivamente, estes discursos têm eficácia para a polícia deixar de agir como tem feito até aqui.

Em segundo lugar, passados 18 dias, ainda estamos sem saber como é que vai ser feito o inquérito. Quem é que o vai integrar e quando é que virão as suas conclusões. Naturalmente, um dia qualquer virá um enorme livro branco da carga policial sobre os estudantes. Mas não é isto que num Estado de direito está em causa. Quando os direitos do cidadão são violados desta maneira grosseira, tem de haver por parte do Governo uma resposta imediata e clara. Não é daqui a dois ou três meses, com um enorme caudal de informações de todos os lados, que o Governo vem dizer que, realmente, o guarda de Custódias e o chefe da esquadra tinham culpa. Entretanto, já terão passado cinco ou seis meses sobre esse assunto e a eficácia da actuação de V. E.^a já não tem qualquer interesse para a sociedade civil. É mais um inquérito, são mais umas conclusões, mas não é isto que se espera de V. Ex.^a como Ministro responsável pela ordem e segurança internas.

V. Ex.^a tem de dar uma resposta a esta Câmara, tem de dar uma resposta à sociedade civil e, em primeiro lugar, tem de dar uma resposta aos estudantes para se saber porque é que isto sucedeu e só depois é que virão os resultados dos inquéritos para apurar as responsabilidades. V. Ex.^a falta ao seu dever — desculpe que lhe diga — ao não dar esta satisfação aos estudantes e à opinião pública, assim como a esta Câmara, no sentido de dizer porque é que sucederam estas coisas.

Em segundo lugar, V. Ex.^a diz — e muito bem — que este problema é um problema mais vasto das relações da polícia com a sociedade.

Naturalmente, que muita coisa tem de mudar neste País. Também não se pode desarmar a polícia, no sentido de que todos lhe estamos confiados — mesmo quando, muitas vezes, a polícia não é lesta e zelosa nos seus deveres —, é ela, afinal, a nossa primeira garantia. Por exemplo, quando no Rossio, nas estações do Metropolitano, nos passeios públi-

cos, nos bairros onde não há muita iluminação ou mesmo quando há muita iluminação, quando se roubam carros, quando acontece o chamado esticão, em que as pessoas são atiradas aos passeios para lhes tirarem as malas ou os fios de ouro, quando em todo o lado pululam carteiristas e uma chusma de todo o tipo de delinquentes, naturalmente que os discursos preenchem pouco o nosso sentido de insegurança.

Portanto, quero saber, efectivamente, o que é que V. Ex.^a vai fazer para dar às grandes e pequenas cidades, às populações, aquele mínimo de segurança ou o mínimo de tranquilidade, tirando aquela tal guarda a cavalo que agora vamos ver aí, de penacho, a passear nas praças públicas, naturalmente. O que é que vai fazer de concreto para que, realmente, dê alguma tranquilidade às pessoas que circulam pela cidade.

(O orador reviu.)

O Sr. Presidente (José Manuel Maia): — Para responder, se assim o desejar, tem a palavra o Sr. Ministro da Administração Interna.

O Sr. Ministro da Administração Interna: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Narana Coissoró, em relação ao que vou fazer de concreto, V. Ex.^a vai dispensar-me de o dizer neste momento, porque no fim entrego-lhe o discurso e aqui encontrará um repositório de grandes princípios políticos e as respectivas aplicações práticas.

Sr. Deputado, deixe-me comentar as últimas palavras que agora acabou de produzir.

V. Ex.^a referiu o que, no seu entender, se espera do Ministro da Administração Interna. Ora, eu começava precisamente por dizer qual é a minha opinião, sobretudo acerca daquilo que não se pode esperar do Ministro da Administração Interna.

Em primeiro lugar, diria que a primeira coisa que não se pode esperar do...

Entretanto, levanta-se um burburinho na Sala.

O Sr. Presidente (José Manuel Maia): — Sr. Ministro, vai desculpar-me a interrupção, mas há Srs. Deputados que estão a fazer alguns sinais à Mesa, exprimindo dificuldades em ouvir a sua intervenção, enquanto outros Srs. Deputados, distraídos, provocam algum ruído, pelo menos, não compatível com aqueles que desejam ouvi-lo.

Apelava, pois, a estes Srs. Deputados o favor de se sentarem e fazerem silêncio.

Sr. Ministro, queira desculpar.

Tem V. Ex.^a a palavra.

O Sr. Ministro da Administração Interna: — Sr. Presidente, dizia eu que o Sr. Deputado Narana Coissoró começou por dizer o que é que, no seu entender, se espera do Ministro da Administração Interna.

Quero dizer-lhe o que é que, em meu entender, se não pode esperar do Ministro da Administração Interna. E o que não se pode esperar do Sr. Ministro da Administração Interna, em primeiro lugar, é uma apreciação ligeira dos factos. Isso não se pode esperar!

O Sr. Deputado sabe — é advogado, além do mais — que, em relação a qualquer facto, há sempre, pelo menos, duas versões, às vezes contraditórias, às vezes não coincidentes!

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Passaram 18 dias!

O Orador: — Deixe-me dizer-lhe que muitas vezes há mesmo mais versões dos factos!

O Sr. Deputado veio aqui trazer apenas uma versão dos factos: aquilo que leu nos jornais! A mim não me cabia — nem o Sr. Deputado devia esperar isso de mim — ter apenas uma versão dos factos; por isso procurei uma mais completa, pondo-os em confronto.

Nesse sentido referi que tive o relatório da PSP, que foram ouvidos os estudantes, no Porto, pelo governador civil, e, no Ministério da Administração Interna, a meu pedido, pelo Sr. Secretário de Estado Adjunto.

Depois disso, o Sr. Provedor de Justiça anunciou que ia pedir um inquérito tripartido. Ora, não fazia sentido que me antecipasse abrindo outro inquérito, que não seria tripartido, ainda que pensasse que era necessário. Como o inquérito tripartido é mais rigoroso, é mais independente, esperei por ele, foi-me pedido ontem e vai ser feito. É isso, Sr. Presidente.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Os rapazes já estão formados!

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente (José Manuel Maia): — Para formular uma pergunta ao Sr. Ministro da Administração Interna, tem a palavra o Sr. Deputado José Gameiro dos Santos.

O Sr. José Gameiro dos Santos (PS): — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Administração Interna, Srs. Deputados: Os automobilistas utilizam as auto-estradas porque pretendem rapidez, comodidade e segurança nas deslocações. Só por estas razões estão dispostos a pagar tarifas elevadas.

No entanto, no dia-a-dia, são confrontados com congestionamentos que afectam a rapidez da deslocação. Vejam-se as enormes filas de trânsito que se verificam junto das principais portagens — Carregado, Grijó — que fazem desesperar o mais calmo dos cidadãos, obrigando-o muitas vezes a efectuar desvios para estradas secundárias a fim de evitar o desgaste físico e nervoso do pára e arranca. Mas defrontam-se também com falta de estruturas de apoio e protecção que põem em causa a comodidade (atente-se à falta de postos de abastecimento, parques de repouso, restaurantes, etc.) e comprometem a segurança. Anote-se a deficiente sinalização, o reduzido policiamento e a falta de vias alternativas para socorro em caso de acidente.

Sr. Ministro, Sr. Deputados: Os trágicos acontecimentos verificados nas auto-estradas portuguesas, nos últimos tempos, obrigam-nos a meditar seriamente no problema da segurança.

Os apedrejamentos de que foram alvo diversos automobilistas (infelizmente com uma morte a lamentar) exigem que se criem grades de protecção nos inúmeros viadutos existentes, se reforce o policiamento e se prossiga uma investigação aprofundada, de forma a descobrir e punir exemplarmente os criminosos.

Os gravíssimos acidentes, alguns com perda de vidas humanas, verificados em locais perigosos, de que é exemplo a zona de Torres Novas a Leiria, põem a nu a deficiente sinalização e a ausência de vias de emergência para as ambulâncias e outras viaturas de socorro dos bombeiros.

Veja-se o que acontece no presente. Se acaso ocorrer um acidente na auto-estrada n.º 1, sentido sul/norte, dois ou três quilómetros a seguir ao nó de Torres Novas, os bombeiros, após prestarem os primeiros socorros no local do acidente, têm de efectuar uma deslocação até ao nó de Fátima e regressar a Torres Novas ao hospital distrital.

Têm assim de fazer cerca de 50 km, quando com vias de emergência poderiam fazer menos de uma dezena de quilómetros. Esta é a situação que se vive, actualmente, nas auto-estradas portuguesas.

A empresa concessionária — BRISA — exige tarifas de utilização elevadas, mas, lamentavelmente, faz muito pouco pela segurança dos automobilistas.

Sr. Ministro, como vai o Governo pôr cobro a estas situações?

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente (José Manuel Maia): — Para responder, se assim o desejar, tem a palavra o Sr. Ministro da Administração Interna.

O Sr. Ministro da Administração Interna: — Sr. Presidente, Sr. Deputado José Gameiro dos Santos: Quero agradecer a pergunta que me colocou e dizer que estou de acordo com uma afirmação que fez, entre outras, eventualmente, mas com uma estou claramente de acordo.

E essa pergunta tem a ver com a necessidade de uma meditação séria sobre a questão da segurança rodoviária, não apenas nas auto-estradas, mas de uma maneira geral, como é evidente.

O problema, hoje, em Portugal, atingiu proporções que já classifiquei em público de alarmantes e dramáticas. Hoje morrem por ano, nas estradas em Portugal, cerca de 2500 pessoas, ocorrem 7000 feridos graves e cerca de 50 000 feridos mais ligeiros. São números que, obviamente, não podem deixar de nos alarmar. E temos todos — e não digo apenas o Governo, mas cada um na medida das nossas responsabilidades — de estar conscientes disto e do que significa.

Os números, para além daquilo que é impossível quantificar, são também alarmantes. Há coisas que não são passíveis de quantificação. Uma pessoa morta numa estrada é já uma coisa demasiado grave para ser quantificada a alguns níveis, como é evidente, porque a morte nas estradas é o luto nas famílias, são os filhos que ficam sem pais, são os activos que se perdem, enfim..., são os estropeados que enchem alguns hospitais, é um conjunto enorme de grandes calamidades decorrentes desta enorme calamidade.

Em Espanha, há alguns dias, saiu um estudo sobre esta questão que para 9000 mortos quantificava, para prejuízos causados naquilo que pode ser quantificado, e apenas nisso, 1500 milhões de contos. Números portugueses, para estes números que acabei de referir, andam à volta dos 300 milhões de contos. Isto, repito, naquilo que é o menos importante. O mais importante é a vida, são as pessoas!

É por isso, de facto, que é preciso um grande esforço e uma meditação muito séria sobre segurança rodoviária.

Assim, exortava aqui também a Assembleia da República para que se juntasse ao Ministério neste esforço de pensar que causas e que medidas é que serão necessárias.

Dou-lhe um exemplo, Sr. Deputado Gameiro dos Santos: ainda agora, em Espanha, durante um ano e meio, uma comissão do Senado estudou esta questão, produziu um relatório de 417 páginas e propôs, recomendou, algumas medidas de política.

Penso que é salutar, assim como penso que é salutar que a Assembleia da República, preocupada com esta questão, que é uma grande questão nacional, pudesse também dar aqui o seu contributo. Aliás, tencionava fazer este apelo — devo confessá-lo — na próxima reunião que vou ter com a Comissão sobre esta matéria.

Mais, devo ainda dizer que atribuímos tanta importância a esta questão que, na última reunião de ministros TREVÍ, que teve lugar segunda e terça-feira passadas, na Holanda, propus — e foi aceite por todos os Estados membros — que nos passássemos a ocupar também do problema da segurança rodoviária.

Por isso, durante a nossa presidência, e por nossa iniciativa, vai ser aberto um *dossier* novo no Grupo TREVÍ, que tem a ver justamente com segurança rodoviária, tentando descortinar causas e, sobretudo, medidas, que é o mais importante.

Antigamente, dizia-se que as causas da insegurança rodoviária eram fundamentalmente duas: por um lado, o mau estado das estradas e, por outro, o estado do nosso parque automóvel. Uma coisa é certa: as estradas, hoje, são melhores e o parque automóvel tem hoje, e desde os últimos cinco anos, mais um milhão de carros novos e, no entanto, os acidentes e os números continuam a crescer.

Portanto, penso que o essencial em tudo isto está no factor humano, pois foi identificado que as causas primeiras são não aquelas que o Sr. Deputado indicou — que são importantes e relevantes e para as quais devia até ter pedido não a minha comparência, em boa parte delas, mas a do Sr. Ministro das Obras Públicas —, mas, sobretudo, o excesso de velocidade e o álcool. Está estudado. Penso que não vale a pena pensarmos que é de maneira diferente.

Então, o que é que pensamos fazer? É preciso agir, é preciso aplicar medidas que têm a ver com normativos novos e com mais prevenção. É aqui, radicalmente, que a política tem de assentar.

Vamos, aliás, estar confrontados com um período que tradicionalmente é um período de grande preocupação no que diz respeito à segurança rodoviária. É a época do Natal, das grandes deslocações das cidades para o campo e vice-versa, como é evidente.

A prevenção tem de ter um lugar fundamental. Este ano vamos produzir um *spot* televisivo, temos um campanha cujo *slogan* será: «Natal é vida!» Obviamente, não vai resolver tudo, mas esperemos também que possa ter, nesta época do Natal, alguns resultados concretos.

No que diz respeito às auto-estradas, a situação que apontou que mais se prende com o meu Ministério — e que é, de facto, de uma gravidade extrema — é o das pedras que são lançadas dos viadutos e que põem em causa a circulação em segurança.

Aliás, devo dizer-lhe que, desde o primeiro minuto em que tomei conhecimento de tal facto, determinei que a vigilância fosse claramente reforçada no sentido de evitar esse acto, que é criminoso e tem uma punição estatuída no Código Penal. Devido a essa minha determinação, a Brigada de Trânsito, o Batalhão n.º 2, o Batalhão de Coimbra e o do Porto envolveram-se numa especialíssima e mais atenta operação de fiscalização, estando, hoje, envolvidas, na segurança aos viadutos, 50 patrulhas diárias, o que é, relativamente aos efectivos da GNR, um esforço considerabilíssimo que penso já terá atingido alguns resultados.

No entanto, terá de haver um esforço maior e estão já em estudo, com o Ministério das Obras Públicas e com a BRISA, algumas medidas no sentido de iluminar aquelas pontes que atravessam as auto-estradas, porque, no entender das forças de segurança, isso irá contribuir para um reforço da segurança nas mesmas.

Estas foram duas medidas tomadas até agora com resultados positivos, mas outras serão de encarar se se provar que estas não são suficientes.

Se assim o entenderem, mais adiante poderei dar mais alguns detalhes, mas para já é tudo.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Presidente: (José Manuel Maia) — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado José Gameiro dos Santos.

O Sr. José Gameiro dos Santos (PS): — Sr. Ministro, lamento ter de lhe dizer, mas esperava que fosse mais esclarecedor na resposta às questões que lhe coloquei.

V. Ex.ª veio aqui dizer que é preciso fazer um grande debate sobre a segurança rodoviária, mas, sobre este assunto, gostaria de lembrar que, na última legislatura, o Partido Socialista propôs precisamente que se fizesse aqui, no Plenário, um grande debate sobre o tema da segurança rodoviária, só que, por razões que não importa agora discutir, não foi possível agendá-lo.

No entanto, o PSD já faz parte do Governo há seis anos e as questões de segurança rodoviária já se põem há largos anos também e, de facto, neste domínio, em que o exemplo das auto-estradas é mais do que elucidativo, a questão da segurança tem sido sistematicamente preterida. O Governo, de que V. Ex.ª faz parte, diz que quer qualidade e nós também a queremos para os cidadãos, só que a qualidade para os utentes da auto-estrada implica, obviamente, que a empresa concessionária se preocupe com os problemas da segurança.

E o Sr. Ministro sabe o que acontece com a empresa concessionária? Pois eu vou dizer-lhe: depois da abertura dos novos troços, designadamente aquele que lhe referi, entre Torres Novas e Leiria, que é extremamente perigoso e com má sinalização, como decerto já teve ocasião de verificar naquelas descidas perigosíssimas, sabe V. Ex.ª que foram os bombeiros a alertar a BRISA para a necessidade de lhes ser facultado um plano da própria auto-estrada?! E sabe que foram eles que improvisaram vias de emergência de acesso à mesma, porque a BRISA, em relação a essa matéria, não fez rigorosamente nada?! E, repare Sr. Ministro, isto são coisas relativamente fáceis.

Aliás, quem circula por essa Europa decerto já reparou que nas margens das auto-estradas existem caminhos, vias de emergência ligadas às auto-estradas por portões, cujas chaves estão à disposição das instituições encarregadas dos socorros, e que permitem fazer esse socorro de uma forma muito mais rápida e mais eficiente. Mas em Portugal programam-se as auto-estradas e a situação é a que se vê: são os postos de abastecimento que não existem; restaurantes praticamente não existem; parques de repouso contam-se pelos dedos de uma mão e a segurança é o que todos sabem!

Sr. Ministro, temos de resolver esta situação de modo a evitar situações como a que presenciei há pouco tempo dos bombeiros de Pernes que, perante um acidente, tiveram de passar a maca com os feridos por cima da rede de protecção porque não tiveram hipótese de chegar rapidamente ao local do sinistro para socorrer as vítimas, o que é lamentável.

Repito, Sr. Ministro, as questões de segurança não podem ficar esquecidas pelo Governo porque nós queremos, de facto, qualidade para os cidadãos.

Aplausos do PS.

Entretanto, assumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente Adriano Moreira.

O Sr. Presidente (Adriano Moreira): — Para responder, se assim o desejar, tem a palavra o Sr. Ministro da Administração Interna.

O Sr. Ministro da Administração Interna: — Sr. Deputado José Gameiro dos Santos, quero dizer que retiro das suas palavras aquilo que me parece mais importante e que é a disponibilidade do Partido Socialista não para um debate, que não é o mais importante, mas para que a Assembleia da República, em conjunto com o Governo, possa estudar esta questão nacional da segurança rodoviária em geral e a da segurança nas auto-estradas em particular, cuja importância não vale a pena realçar mais.

Aliás, o Governo vai pôr à prova a boa vontade do Partido Socialista que V. Ex.^a agora aqui anunciou. Não tardará muito — creio que em menos de 60 dias —, trarei a esta Câmara algumas propostas de lei, para além do que até agora já se fez, que vão pôr à prova a boa vontade do Partido Socialista.

O Sr. Deputado José Gameiro dos Santos disse, bem e com razão, que ainda não há parques de repouso, restaurantes ou postos de abastecimento de combustíveis nas auto-estradas, mas quero dizer-lhe que, como ministro, me sinto muito contente com as suas críticas. Essa felicidade decorre do facto de ser ministro de um Governo que ouve estas críticas de que ainda não há parques de estacionamento nas auto-estradas, ainda não há restaurantes, ainda não há parques de repouso, ainda não há bombas de gasolina... É que quando nós éramos oposição e o Partido Socialista era governo os vossos ministros só ouviam perguntar quando é que havia auto-estradas no nosso País! Eu, porque já não tenho que ouvir isso, estou muito feliz.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente (Adriano Moreira): — Para formular uma pergunta ao Governo, tem a palavra o Sr. Deputado André Martins.

O Sr. André Martins (Os Verdes): — Sr. Secretário de Estado, quero saudá-lo por esta sua primeira vinda à Assembleia da República nas suas actuais funções e desejar-lhe, em termos pessoais e em termos da importância da defesa do ambiente, as melhores felicidades e resultados no seu trabalho e nas novas funções que agora assumiu.

Sr. Secretário de Estado, as áreas protegidas em Portugal, como de resto por esse mundo fora, são áreas que pela sua riqueza e pelos valores que encerram são submetidas a medidas de protecção, as quais todos nós temos obrigação de preservar e defender. Compete ao Estado Português, ao Governo, a protecção e a defesa desses valores que, no fundo, são parte integrante de todos nós e que garantem um pouco da nossa vida mais sã e mais feliz neste planeta.

Verificamos, no entanto, ao longo dos anos e desde que existem áreas protegidas em Portugal, que a degradação tem sido constante, isto é, que valores fundamentais de interesse local, regional, nacional e até internacional têm sido destruídos por falta de uma intervenção adequada dos sucessivos governos portugueses.

Assim, não poderia deixar de referir aqui que, apesar de o Governo do PSD se ter arvorado de grande defensor do ambiente — aliás, o Sr. Primeiro-Ministro, na apresentação do Programa do Governo feita aqui há poucos dias, considerou que o PSD e o seu Governo têm sido grandes promotores da consciência ecológica em Portugal e da intervenção

prática na defesa dos valores do ambiente —, verificamos que essa degradação das áreas protegidas se tem acentuado e por várias formas se tem feito, designadamente através duma exploração descoordenada de inertes nas próprias áreas protegidas, duma crescente pressão urbanística, dos clandestinos que proliferam em muitas áreas protegidas, da caça furtiva que se verifica em muitas áreas protegidas, da falta de planos de ordenamento dessas mesmas áreas e por uma catástrofe que são os incêndios, os quais, para além de devastarem todo um património florestal que este país possui, devastam também estes valores ainda mais importantes que fazem parte das áreas protegidas. É ainda o caso do Gerês, da serra de Sintra, da Malcata, do Parque Natural da Serra da Estrela e foi, no final deste Verão, o caso do Parque Natural da Serra da Arrábida.

Gostaria, Sr. Secretário de Estado, que, face a esta situação, que eu não tenho mais tempo para desenvolver aqui e em que poderia apontar muitos outros exemplos com casos concretos, que certamente conhece, me dissesse as medidas que o Governo tem vindo a tomar, que medidas é que estão a ser tomadas e que medidas pensa vir a tomar para que esta situação de acentuada degradação tenha o seu fim. E, só para nos fixarmos num caso concreto, gostaria que na sua resposta tivesse em conta o caso do incêndio do Parque Natural da Serra da Arrábida, até porque foi mandado fazer um inquérito à forma como decorreu aquele incêndio e esse inquérito tinha por objectivo resolver determinadas situações para que não se voltem a repetir os incêndios nessa área.

Eram estas, Sr. Secretário de Estado, as questões que gostaria de ver respondidas.

O Sr. Presidente (Adriano Moreira): — Para responder, se assim o desejar, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado dos Recursos Naturais.

O Sr. Secretário de Estado dos Recursos Naturais (António Taveira): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Permitto-me, pela primeira vez que uso da palavra na Assembleia da República, dirigir uma saudação especial a toda a Câmara e exprimir a minha satisfação e o meu orgulho em estar aqui hoje.

Gostaria de agradecer, concretamente, ao Sr. Deputado André Martins os votos que me dirigiu e também a oportunidade que me deu de vir aqui, num primeiro encontro com a Assembleia, dizer algumas coisas sobre o que se pensa que irá ser a política do ambiente nos próximos anos.

Em primeiro lugar, quanto à pergunta que fez sobre as áreas protegidas, diria que estas, na sua especificidade, terão de constituir, naturalmente, uma componente fundamental de uma política de ambiente que se pretenda eficaz. Por isso, é importante atender ao próprio conceito de área protegida, onde se enquadra um conjunto de valores da natureza, de ecossistemas, de *habitats*, de valores faunísticos e florísticos, que são considerados globalmente pelo Estado como representando interesses nacionais da colectividade e como suficientemente importantes para merecerem um destaque especial e, portanto, serem alvo de uma política especial. Assim, é natural que, numa política de ambiente, a das áreas protegidas, este tenha de ter um papel fundamental.

Quero anunciar desde já, na continuidade aliás da política que vinha sendo prosseguida pelo governo anterior, a intenção de promover a revisão urgente do decreto-lei relativo às áreas protegidas, por forma a que se possam criar os mecanismos necessários a uma prossecução mais eficaz e globalizante de uma política de áreas protegidas.

Estas resultam, obviamente, da actividade e da forma como a ocupação humana se combina com o espaço natural. Daí que tais áreas sejam o fruto natural das civilizações e que o reconhecimento da sua especial qualidade signifique, no fundo, reconhecer que os nossos antecessores foram capazes de preservar e garantir um produto de elevada qualidade ambiental, que hoje, face aos objectivos actuais de política, urge manter.

Na minha opinião, na do Ministério do Ambiente e Recursos Naturais e na do Governo em geral, não basta declarar uma área como protegida, sendo necessário assegurar a política efectiva de protecção. Concorro completamente com o Sr. Deputado quando diz que a actividade humana detém em relação às áreas protegidas um conjunto de pretensões e usos, naturalmente incompatíveis com o próprio estatuto da área protegida. A forma mais eficaz de garantir a protecção de uma área protegida é através do seu plano de ordenamento, onde são compatibilizados no espaço da área protegida todas as actividades compatíveis com a manutenção desse estatuto.

Discordo completamente do Sr. Deputado quando diz que nada foi feito nesse domínio. Dir-lhe-ia, a este propósito, que até ao momento foram já publicados e existem cinco planos de ordenamento para outras tantas áreas protegidas e que estão em fase final de elaboração quatro planos e em estado extremamente avançado outros três, o que significa que, a curto prazo, 12 das principais áreas protegidas portuguesas estarão cobertas com planos de ordenamento, eficazes do ponto de vista da consagração de uma política e equilibrados quanto à manutenção da qualidade de área de elevado interesse.

Quero ainda dizer-lhe que com o objectivo de dar coerência à política que possa ser prosseguida nas áreas protegidas, foi também decidido, no âmbito do XII Governo, a clarificação do processo de coordenação de actividades ao nível das áreas protegidas. Assim, como a compatibilização do interface da caça e da pesca com o próprio estatuto das áreas protegidas é difícil, foi decidido atribuir ao Ministério do Ambiente e Recursos Naturais a tutela sobre a caça e a pesca em águas interiores dentro de áreas protegidas.

Referiu igualmente o Sr. Deputado a questão dos incêndios.

Como hoje é sabido, cerca de 95 % dos incêndios resultam de actividades directamente associadas ao homem, afastando-se assim as teses que em determinado momento eram avançadas quanto ao carácter quase natural dos incêndios. É hoje sabido que tal não acontece e que 90 % dos incêndios resultam efectivamente da actividade do homem, alguns deles de actividade mal intencionada ou criminosa e outros de actividade descuidada ou pouco reflectida.

Gostaria, todavia, de lhe chamar a atenção para o facto de que o ritmo dos incêndios que têm assolado todo o País, e que realmente constituem uma preocupação para qualquer governo, não tem sido idêntico ao ritmo daqueles que ocorrem nas áreas protegidas. Os incêndios nas áreas protegidas têm efectivamente evoluído de uma forma completamente diferente dos incêndios a nível nacional, o que denota pelo menos que a política de protecção das áreas protegidas em termos de incêndios tem tido algum sucesso.

O Sr. Presidente (Adriano Moreira): — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado André Martins.

O Sr. André Martins (Os Verdes): — Sr. Secretário de Estado dos Recursos Naturais, fiz-lhe perguntas concretas, às quais não respondeu. V. Ex.^a tentou falar do que é que tem sido a política do Governo e justificar e defender essa

política, como não poderia deixar de ser, mas nada disse quanto aos problemas concretos. Coloquei-lhe, aliás, a questão concreta da situação da Arrábida, precisamente para evitar que andássemos aqui a dizer o que o Governo faz e o que o Governo não faz. Questionei-o sobre um caso concreto, ao qual não deu qualquer resposta.

Tinha a indicação de que estão feitos seis planos de ordenamento, mas o Sr. Secretário de Estado acaba de dizer que só estão cinco, o que até nem é importante. Já ficaria muito satisfeito se afirmasse que pelo menos nos parques naturais onde existem planos de ordenamento estes estão a ser cumpridos rigorosamente, como o devem ser. Duvido muito, Sr. Secretário de Estado, é de que possa afirmar isso. O que na realidade verificamos é que todos aqueles fenómenos de degradação das áreas protegidas se agravam crescentemente.

Aliás, toda a política de ambiente do Governo é caracterizada pelo facto de existir uma Lei de Bases do Ambiente que deveria ter sido regulamentada no prazo de um ano, mas que ainda não o foi totalmente. O que é mais grave, Sr. Secretário de Estado, é que, por força da opinião pública, da pressão que a oposição tem feito nesta Assembleia e até das directivas comunitárias, o Governo viu-se obrigado a regulamentar parte da Lei de Bases do Ambiente. O que verificamos, todavia, é que esta regulamentação não foi posta em prática, sendo certo que precisamente o livro branco sobre o estado do ambiente em Portugal o afirma. É o próprio actual Ministro do Ambiente e dos Recursos Naturais, como responsável pela elaboração do dito livro branco, na altura em que ainda não era ministro, que criticava o Governo por não aplicar a legislação e não criar condições para essa aplicação ou mesmo para aquela que já existia.

Esta é a situação em termos gerais, Sr. Secretário de Estado. Não deixaria, contudo, de lhe falar de um caso concreto, para evitar divagações.

Relativamente à questão do Parque Natural da Arrábida, deixaria de lado toda aquela polémica gerada pelos desentendimentos entre ministros e secretários de Estado durante o incêndio da Arrábida, sobre o qual ninguém se entendia, tendo até sido pedida a demissão do ministro e do director do Parque. Mas o que é certo é que, até hoje, não houve qualquer esclarecimento que justificasse a manutenção do actual ministro no Governo. De facto, o desentendimento foi de tal ordem que não podíamos deixar de salientar aqui que ficámos um pouco estupefactos por não haver qualquer esclarecimento sobre a acusação que o ministro dirigiu a uma corporação de bombeiros, quando bem conhecemos o esforço que os bombeiros portugueses têm feito precisamente no combate aos incêndios.

Para além de tudo isso, o caso do Parque Natural da Arrábida não foi abordado pelo Sr. Secretário de Estado. Foi considerado que não tinham sido tomadas durante a década de 80 as medidas necessárias para defender o parque de um incêndio. Independentemente do grau, maior ou menor, que possa ser atribuído ao incêndio em termos de pôr em causa a própria existência da área protegida, a questão é que o Sr. Ministro mandou fazer um inquérito sobre o incêndio, mas, até hoje, não são conhecidos resultados sobre esse inquérito.

Termino, assim, colocando uma vez mais ao Sr. Secretário de Estado a mesma questão.

O Parque Natural da Arrábida situa-se na península de Setúbal, nas proximidades de Lisboa. As pressões humanas e urbanas continuam a fazer-se sentir nessa região e os investimentos que nela estão a ser levados a cabo vão fazer com que nos próximos 10 anos se implantem na península de Setúbal cerca de 50 a 60 mil novos moradores. O novo

atravessamento do Tejo, aliado às facilidades do actual, irá fazer com que haja maior pressão sobre o Parque Natural da Arrábida.

Pergunto, pois, ao Sr. Secretário de Estado o que é que o Governo está a fazer para obviar a que se destrua por completo o Parque Natural da Arrábida.

O Sr. Presidente (Adriano Moreira): — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado dos Recursos Naturais.

O Sr. Secretário de Estado dos Recursos Naturais: — Sr. Presidente, gostava de começar por dizer que, ao tentar encontrar a lógica do pedido de esclarecimento agora formulado, tive alguma dificuldade, porque o Sr. Deputado André Martins, com o devido respeito, se dispersou por um conjunto de matérias de relevância variável que justificam respostas diferentes.

Pegando nas suas últimas palavras, o cenário cripto-catastrófico traçado não só não corresponde à realidade como nem sequer há indícios de que possa vir a corresponder.

Existem planos de ordenamento a curto prazo para as principais áreas protegidas do País que têm sido, na grande generalidade dos casos, bem conseguidos; os poucos casos de desrespeito que, porventura, ocorreram e que têm sido noticiados pela imprensa, levam-nos a pensar que não estamos perante uma frente de batalha organizada contra as áreas protegidas e, mesmo que assim fosse, não estamos perante uma frente de batalha onde os planos de ordenamento não se estejam a revelar como trincheira e muralha eficaz para obstar ao avanço dessa ocupação que refere.

Particularmente, no caso concreto da península de Setúbal, gostava de referir que nada indicia, muito pelo contrário, que os 50 ou 60 mil novos moradores que se espera para esta região e que correspondem a um ritmo de desenvolvimento, como com certeza o Sr. Deputado saberá, muito eficaz para a península de Setúbal, venham de forma alguma a ocorrer nas áreas protegidas aí existentes, seja sobre a Arrábida, seja sobre o estuário do Sado.

Todavia, há outro ponto implícito nos comentários do Sr. Deputado que não quero deixar passar em claro. A implementação da Lei de Bases do Ambiente tem vindo a decorrer normalmente, sobretudo naquela área que terá de ser também uma prioridade do Governo do ponto de vista da política do ambiente e que é a da política da água. Nesse campo, tem sido feito um esforço muito grande de regulamentação, pelo que gostava que o Sr. Deputado reconhecesse esse facto e que atribuisse à política da água a importância que ela deve ter no contexto da política do ambiente.

Também gostava de lhe dizer que não só em termos de investimentos públicos como da definição dos instrumentos de política a nível da água se têm dado passos extremamente seguros e sólidos que nos permitem encarar o futuro com tranquilidade. Chamo-lhe a atenção para o facto de que tem sido possível, nesta área, conseguir uma articulação entre a definição dos instrumentos de política e os investimentos, o que constitui motivo de orgulho para qualquer país do mundo.

Gostava ainda de referir que a situação de que se falou relativamente aos incêndios envolve acções diversificadas e pressupõe uma fortíssima coordenação das actuações no terreno.

Portanto, os investimentos que tenham ocorrido, quer na prevenção dos incêndios, concretamente a criação de infra-estruturas florestais, quer no fomento de projectos de agricultura que têm surgido, quer propriamente em acções de

vigilância, seja dissuasiva, seja aquela que instala uma capacidade de detecção e de transmissão, significam qualquer coisa como 18,6 milhões de contos nos últimos quatro anos, de 1987 a 1991, e creio que esse esforço é, pelo menos, digno de registo e de aplauso.

O Sr. Domingos Duarte Lima (PSD): — Muito bem!

O Sr. André Martins (Os Verdes): — Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa.

O Sr. Presidente (Adriano Moreira): — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. André Martins (Os Verdes): — Sr. Presidente, a propósito do que se entende por perguntas ao Governo, não posso deixar de registar o facto de os deputados podermos colocar as questões que entendem, às quais o Governo responde da melhor forma, fugindo-lhes sempre que possível.

Proponho que, de futuro, esta questão seja analisada porque, às perguntas concretas que dirigi ao Sr. Secretário de Estado dos Recursos Naturais, obtive uma resposta sobre o que é a política da água e dos investimentos que têm sido feitos nesse âmbito, quando não estávamos a falar desse assunto.

Certamente que, noutra ocasião, terei oportunidade de formular mais perguntas ao Governo, mas o Sr. Secretário de Estado não respondeu concretamente a uma questão que certamente preocupa todos os portugueses, designadamente aqueles que ainda podem beneficiar da qualidade e da importância dos valores paisagísticos e de panorâmica que nos oferece o Parque Natural da Serra da Arrábida. Era este aspecto que pretendia registar.

O Sr. Presidente (Adriano Moreira): — Para interpelar a Mesa, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares.

O Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares (Luís Filipe Menezes): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: No seguimento da interpelação agora feita pelo Sr. Deputado André Martins, tenho a dizer que, relativamente à forma como são formuladas por escrito as perguntas que os vários grupos parlamentares e os Srs. Deputados querem ver respondidas na sessão plenária que normalmente ocorre às sextas-feitas, tem sido habitual, o que também acontecia na anterior legislatura, que sejam feitas de uma forma extremamente vaga a propósito de um assunto muito genérico. Depois, na prática e em Plenário, verifica-se que as coisas sucedem de uma forma completamente diversa, porque são colocadas perguntas concretas que, por vezes, não têm nada a ver com o tema genérico anteriormente apontado por escrito.

Portanto, em termos de resposta e utilizando a figura regimental da interpelação, sugiro que o Sr. Presidente, na conferência dos representantes dos grupos parlamentares, coloque este problema em discussão, de forma a não haver em futuras sessões de perguntas ao Governo razões para este tipo de discussão.

Aliás, o Governo estará totalmente disponível a responder de forma concreta a todas e quaisquer perguntas que os Srs. Deputados lhe queiram colocar, desde que também formuladas por escrito de uma forma objectiva e concreta.

Ora, o que o Sr. Deputado André Martins fez quando solicitou que hoje aqui estivesse um membro do Governo

da área do ambiente cinge-se a esta frase: «Situações de risco nas áreas protegidas, designadamente incêndios.»

Obviamente que o Sr. Secretário de Estado dos Recursos Naturais, ou o Sr. Ministro do Ambiente, se aqui estivesse presente, não tem o dom de apreender aquilo que, depois, de uma forma bastante objectiva, o Sr. Deputado André Martins queria perguntar.

Portanto, se aqui há algum equívoco ou se alguém não foi claro, foi certamente o Sr. Deputado André Martins pela forma equívoca como formulou a pergunta.

Voices do PSD: — Muito bem!

O Sr. Presidente (Adriano Moreira): — Julgo que não é necessária mais nenhuma intervenção sobre este assunto, pois não diz verdadeiramente respeito à interpretação do Regimento, mas sim à sua vigência efectiva.

Vou, pois, transmitir esta questão ao Sr. Presidente da Assembleia da República, que a considerará, certamente, na conferência dos representantes dos grupos parlamentares.

Sr. Deputado André Martins, pede a palavra para que efeito?

O Sr. André Martins (Os Verdes): — Sr. Presidente, para defesa da consideração.

O Sr. Presidente (Adriano Moreira): — Faça favor.

O Sr. André Martins (Os Verdes): — Sr. Presidente, precisamente no momento em que o Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares iniciou a sua intervenção, pretendia pedir de novo a palavra para ler a pergunta. Gostava de o voltar a fazer, porque da forma como este assunto foi «enrolado», parece que a culpa é de quem formulou a questão.

O Sr. Presidente (Adriano Moreira): — O Sr. Deputado pediu a palavra e naturalmente que lhe compete interpretar a defesa da sua consideração, mas verifico que está a reformular a pergunta que já fez.

O Orador: — Sr. Presidente, estou apenas a tentar justificar que a forma como o Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares se referiu a esta questão não é, do meu ponto de vista, a mais correcta e põe em causa aquilo que afirmei na primeira interpelação à Mesa.

O Sr. Presidente (Adriano Moreira): — Então, peço-lhe que seja muito breve.

O Orador: — A pergunta formulada por escrito é a seguinte: «Situações de risco nas áreas protegidas, designadamente incêndios.»

O Parque Natural da Serra da Arrábida é uma área protegida e todos nós estamos recordados do incêndio que aí ocorreu no Verão passado. Como referi no início da pergunta ao Sr. Secretário de Estado dos Recursos Naturais, queria uma resposta concreta para um caso concreto; referi o caso do Parque Natural da Serra da Arrábida, mas podia ter mencionado o do Parque Nacional da Peneda-Gerês, cuja situação é, do meu ponto de vista, muito mais grave, e já noutras ocasiões tive a oportunidade de formular perguntas ao Governo sobre essa matéria.

Sr. Presidente, formulei a pergunta no sentido de obter uma resposta que abrangesse a situação das várias áreas protegidas, em particular o caso da área protegida do Parque Natural da Serra da Arrábida.

O Sr. Presidente (Adriano Moreira): — Para dar explicações, se assim o entender, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares.

O Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado André Martins: Não quero, de forma alguma, ofendê-lo, mas tão-só contribuir para que no futuro estas sessões de perguntas ao Governo decorram de uma forma mais profícua para o Governo e para os Srs. Deputados.

É óbvio que a forma genérica como o Sr. Deputado formulou a pergunta quase que seria suficiente para uma interpelação de política geral sobre temas de ambiente e não para uma mera pergunta ao Governo.

Hoje, o Sr. Secretário de Estado dos Recursos Naturais trouxe um memorando sobre situações ligadas a risco de incêndio em áreas protegidas, com várias páginas e que aborda de forma muito diferenciada situações também muito diversas, ligadas a causas, e a ocorrências diferentes que suscitaram calamidades em áreas protegidas também muito diferentes, pelo que seria totalmente impossível responder caso a caso e dar-lhe uma informação global sobre todas elas.

Portanto, reafirmo aquilo que há pouco, quando interpelei a Mesa, tive oportunidade de dizer: os Srs. Deputados poderão certamente, no futuro, ver satisfeita a vossa legítima curiosidade sobre estas questões se realizarem as perguntas de uma forma mais objectiva e concreta. Não houve qualquer intenção de dizer que o Sr. Deputado André Martins agiu intencionalmente ao fazer a pergunta de uma forma vaga, para depois, muito objectivamente, embaraçar o Governo. Não foi isso que quis dizer, Sr. Deputado!

O Sr. Presidente (Adriano Moreira): — Para dirigir uma pergunta ao Governo sobre a situação no ensino superior público e suas consequências, tem a palavra o Sr. Deputado António Filipe.

O Sr. António Filipe (PCP): — Manifestando, em primeiro lugar, toda a consideração pelo Sr. Secretário de Estado dos Recursos Educativos, aqui presente, não posso deixar de salientar a ausência, nesta sessão de perguntas ao Governo, do Sr. Ministro da Educação, cuja presença foi solicitada. Esta ausência começa a tornar evidente que o Sr. Ministro da Educação prefere continuar silencioso perante todos os problemas da educação no nosso país. Ora, é grave permanecer silencioso perante a Assembleia da República, até porque este órgão de soberania já solicitou, por diversas vezes, a quebra do silêncio por parte do Sr. Ministro.

A questão que pretendo colocar relaciona-se com a situação financeira do ensino superior público e com as consequências daí decorrentes.

Quando, há cerca de um ano, tivemos a oportunidade de discutir aqui o Orçamento, ficámos conscientes da gravidade da situação e apresentámos propostas para a minorar, porque sabíamos que seria precisamente nesta altura, isto é, no fim do ano, que os problemas mais graves viriam certamente a surgir. Tínhamos consciência de que as verbas destinadas ao pessoal não chegavam, mas o Governo afirmava categoricamente que chegariam. Alertámos para o facto de que, no que respecta às universidades, mais de 85 %, em média, das verbas de funcionamento se esgotarem em despesas de pessoal, esquecendo todas as restantes funções das universidades — o seu funcionamento prático —, que exigem obviamente despesas, nalguns casos bastante avultadas, e propusemos até, após uma audição que solicitámos ao

Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas, um acréscimo de dotação de 4 milhões de contos para as universidades. Parece que fomos os únicos que nos preocupámos com esta matéria, já que o PSD votou contra e o PS se absteve relativamente a este aumento de dotação de verba. Afinal, a vida veio demonstrar que se errámos foi por defeito e que o défice verificado foi ainda superior a esses 4 milhões de contos que havíamos proposto.

No que se refere às despesas de investimento, a situação não se apresenta menos grave e, como pudemos ver, piorou com a recente alteração orçamental, isto é, de 1990 para 1991. Efectivamente, o Governo, ao mesmo tempo que fazia a mais descarada demagogia, apregoando o alargamento imenso de vagas para o ensino superior, cortava drasticamente as verbas de investimento. E, mais uma vez, quando alertámos para esta situação, o Governo mentiu. Chegou a afirmar, nos jornais, que só por ignorância se podia afirmar uma coisa destas, na medida em que o PRODEP permitiria colmatar todas as situações graves. Hoje, verificamos que o PRODEP não colmatou coisa nenhuma e os problemas subsistem.

Sr. Secretário de Estado, a verdade é que hoje estamos confrontados com uma situação que apresenta muitos aspectos dramáticos. É dramática para os estudantes bolseiros que, há vários meses, não recebem bolsas — mesmo irrisórias, mas que lhes são devidas — e que, ao mesmo tempo, são forçados a suportar maiores encargos com as residências e com as refeições nas cantinas. A situação também é dramática para as universidades e para os institutos politécnicos, cujos orçamentos de funcionamento não chegam para pagar aos fornecedores — havendo estabelecimentos de ensino superior com dívidas avultadas para os respectivos fornecedores — nem para pagar os salários, que são recebidos de tal forma a conta-gotas que não permitem que haja uma gestão minimamente racional dos estabelecimentos de ensino. A situação é ainda dramática para as universidades e para os institutos politécnicos que têm projectos de investimento parados e constantemente adiados, o mesmo se passando com as obras. Veja-se a situação da Faculdade de Ciências de Lisboa que não tem dinheiro para pagar aos empreiteiros, estando as obras paralisadas, e que, há muitos anos, se reparte por três locais, bem distintos e bem distantes da cidade de Lisboa.

É uma evidência que a política do Governo, quanto ao financiamento do ensino superior, se tem traduzido sempre por uma ideia chave, que é a de financiar sempre o menos possível, estando as consequências bem à vista.

Perante esta situação, as perguntas concretas que quero formular são as seguintes: o Governo vai ou não resolver o problema das bolsas em atraso para os estudantes do ensino superior? E que medidas vai pôr em prática para melhorar o apoio social aos estudantes? O Governo vai ou não viabilizar o financiamento público indispensável para o funcionamento normal do ensino superior, de forma a permitir uma gestão racional dos recursos? O Governo vai ou não inverter a tendência, confirmada no orçamento rectificativo, para o corte nas despesas de investimento? Já agora, como vai ser o PRODEP, para o ano, no que se refere ao ensino superior? Por último, é verdade que o Governo pretende viabilizar o aumento das propinas, como forma de financiamento do ensino superior?

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente (Adriano Moreira): — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado dos Recursos Educativos.

O Sr. Secretário de Estado dos Recursos Educativos (Epifânio da Franca): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Em primeiro lugar, e sem que isto represente qualquer atitude menos correcta do Sr. Ministro da Educação relativamente aos Srs. Deputados, quero dizer-lhes que a ausência do Sr. Ministro da Educação deve-se a um conjunto de problemas de extrema urgência e gravidade com que o Ministério da Educação se defronta, sendo prioridade do Sr. Ministro e da sua equipa a resolução desses problemas.

Vozes do PS: — Tem toda a razão! Isso é verdade!

O Orador: — Em 1986, o valor da afectação do produto interno bruto (PIB) ao sistema educativo era de 3,76 % e este último consumia cerca de 11,2 % da despesa pública portuguesa. Em 1991, a previsão de afectação do PIB ao sistema educativo é de 5,17 % e o peso do sistema educativo na despesa pública é de 14,12 %. Quer isto dizer que, entre 1986 e 1991, cresceram o País e os recursos que este e os Portugueses puseram à disposição do sistema educativo, tendo também crescido o peso que o sistema educativo tem na contribuição de todos os portugueses, isto é, nos impostos.

O drama do sistema educativo — e julgo que isso ficou bem patente na discussão do orçamento rectificativo — é que o acréscimo de despesa não se traduz de uma maneira directa num aumento de qualidade visível no dia-a-dia do sistema educativo. E isto, porquê? Porque os encargos com a massa salarial têm vindo a crescer de uma maneira explosiva. Efectivamente, 90 % do orçamento do Ministério da Educação representa despesas com salários. Quer isto dizer que uma das componentes importantes de revalorização do sistema educativo, a dignificação dos professores, tem vindo gradualmente a ser conseguida, dando-lhes melhores condições financeiras e salariais.

O que importa e constitui um desafio nacional e uma responsabilidade colectiva de todos e de cada um de nós é sabermos se os recursos humanos que se encontram no sistema educativo estão, ou não, a ser utilizados e geridos da maneira mais racional.

Suponha o Sr. Deputado que em 450 milhões de contos, que são afectos à massa salarial do Ministério da Educação, por medidas racionais de utilização dos recursos humanos que fazem parte do sistema educativo, conseguíssemos poupar — não por corte, porque não o queremos fazer —, no sentido de estancar esta componente do sistema educativo, 1 ou 2 milhões de contos no acréscimo da massa salarial. Repito que não vamos cortar os salários a ninguém e que queremos fazer isso através de uma utilização mais racional, mais eficaz, mais séria e mais profissional dos recursos humanos. Isso significa que imediatamente se poderão disponibilizar para a qualidade de vida das escolas, das universidades, dos professores, dos alunos, no dia-a-dia, 1 a 2 milhões de contos.

Sr. Deputado, suponha ainda que, por exemplo, para as escolas dos ensinos básico e secundário, que são cerca de 1000 no País, se disponibilizavam 2 milhões de contos, o que se traduziria em 2000 contos para cada uma delas. O Sr. Deputado quer perguntar às escolas o que é que representariam, de uma maneira indirecta, na melhoria da qualidade de vida da escola, no dia-a-dia, esses 2000 contos?

Obviamente, que esta situação não é característica do ensino pré-universitário ou universitário. Também acreditamos que o sistema educativo deve ser visto numa perspectiva integrada e, nessa medida, naturalmente que a qualidade da produção dos recursos educativos no sistema universitário depende forçosamente da qualidade dos recursos que con-

seguimos preparar para a entrada no ensino superior universitário. Assim sendo, as coisas têm naturalmente de ser vistas numa perspectiva integrada.

Se nos concentrarmos no sector do ensino superior público, a situação é equivalente a esta, Sr. Deputado. O crescimento do orçamento, de 1990 para 1991, é de cerca de 21 % e ele absorveu três componentes de crescimento.

Em primeiro lugar, o crescimento da massa salarial — 13,5 % — e da progressão natural e legítima a que todos os agentes do sistema educativo têm direito — são os escalões, as progressões nas carreiras, etc.

Em segundo lugar, a necessidade de introduzir mais agentes de ensino no sistema educativo para suportar a sua expansão e a maior oferta para os alunos.

Por último, absorveu, pelo menos, já que foi até superior a isso — depois, posso dar-lhe números mais detalhados —, o crescimento da inflação, o índice de preços, na componente do orçamento de funcionamento, pelo que reconhecemos que existem situações de extrema dificuldade. É preciso ter a consciência de que o problema não pode ser resolvido por uma injeção maciça de recursos financeiros na componente de funcionamento, porque estamos no limite das capacidades do País de afectar recursos financeiros ao sistema educativo, o que aliás foi reconhecido pelos partidos da oposição; aquando da discussão do orçamento rectificativo.

Portanto, tudo isto tem de ser feito com uma grande seriedade e responsabilidade na racionalização e melhor utilização e distribuição dos recursos humanos que se encontram disponíveis para o sistema. Se conseguirmos estancar a expansão do sistema, com o aumento dos seus agentes, atingiremos com certeza, num prazo de três a quatro anos, o objectivo que é o de melhorar, de uma maneira drástica e visível, a qualidade de vida de todo o sistema educativo.

Para terminar, gostaria de dizer que o Ministério da Educação e o sistema educativo têm uma característica que os tornam um pouco diferente dos outros, porque três quartos do Orçamento de 1992 e três quartos dos problemas que estamos a resolver aqui estão comprometidos. O ano lectivo iniciou-se em Outubro! Não é possível neste momento, a não ser com consequências terríveis para o processo normal do sistema educativo neste momento, introduzir medidas que vão afectar o curso normal das coisas. O que pudermos fazer, só poderá ser feito a partir de Setembro ou Outubro de 1992, com implicações significativas no Orçamento de 1993.

O Sr. Presidente (Adriano Moreira): — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado António Filipe.

O Sr. António Filipe (PCP): — Sr. Presidente, Secretário de Estado: Em primeiro lugar, queria salientar a imensa distância que existe entre este discurso e o discurso anterior às eleições: antes das eleições, quando o PSD falava do ensino superior e do sistema educativo em geral, falava como se estivéssemos em vias de superação dos mais graves desequilíbrios que existem entre o nosso país e os países mais desenvolvidos da Europa. Quem ouvisse o Ministro da Educação, que cessou funções há relativamente pouco tempo, quase no fim do seu mandato, diria que, de facto, se tinha dado um grande salto em termos de progresso educativo no nosso país e que os níveis de investimento na educação nos colocavam já numa boa situação e não na cauda da Europa. Verificamos, afinal, que isso não passou, pura e simplesmente, de demagogia com vista às eleições.

E a prova disso — a prova mais cabal — é aquilo que o Sr. Secretário de Estado dos Recursos Educativos acaba de nos dizer aqui, dado que fala do sistema educativo como se

fosse uma catástrofe natural. Isto é, o Sr. Secretário de Estado refere-se ao sistema educativo como se se tratasse de uma cheia, de uma catástrofe a que temos de acorrer, de um incêndio que temos de apagar, quando o sistema educativo deve ser encarado (e foi, pelo menos no discurso do anterior Governo do PSD) como algo em que se devia investir e algo decisivo para o desenvolvimento nacional e para o progresso do País a todos os níveis, em termos humanos, materiais e técnicos. Afinal, o discurso agora não é este!

Uma outra questão é o facto de o Sr. Secretário de Estado não ter respondido rigorosamente a nada daquilo que perguntei. E a questão estava delimitada muito concretamente: era sobre a situação financeira do ensino superior público e o Sr. Secretário de Estado pouco disse sobre isto. Não disse se iam aumentar as bolsas de estudo, nem sequer se iam pagar aquelas que estão atrasadas há tantos meses. Não respondeu, afinal, a uma questão muito simples, que, no fundo, era a que se colocava: Vai, ou não, investir no ensino superior público? Na resposta do Sr. Secretário de Estado lê-se um rotundo «não», quando o Governo tem sido, como se sabe, um entrave ao desenvolvimento do ensino superior público.

Foi-nos dito aqui, em diversas reuniões da Comissão de Educação com o Conselho de Reitores, que não vale a pena as universidades e os institutos politécnicos procurarem criar receitas próprias porque, quando tomam iniciativas de ligação à comunidade, gerando receitas próprias, são prejudicados no Orçamento do Estado do ano seguinte. Isto é, o Governo procura, por todos os meios, gastar o menos possível com a educação e com o ensino superior e, quando as universidades conseguem arranjar dinheiro por outros meios, corta-lhes o financiamento. Portanto, o Governo não premeia o esforço das universidades e dos institutos politécnicos no sentido da sua própria expansão, sendo o principal entrave ao seu desenvolvimento e à sua expansão.

Aguardo que na próxima intervenção que possa fazer, se o entender, nos responda concretamente às questões que coloquei em relação às bolsas de estudo, às intenções do Governo para com as propinas e ao que pretende fazer com o PRODEP do próximo ano para as universidades.

Mas a grande questão é a ilação que se tira da resposta do Sr. Secretário de Estado é a de que o Governo não dá garantias que permitam pensar que, no próximo ano, estaremos numa situação muito diferente daquela que temos agora, em que as obras das universidades estão paradas, os fornecedores não recebem, as universidades estão com dificuldades para pagar salários e, num mês, não sabem se vão ter dinheiro para pagar salários no mês seguinte.

O grande problema é que parece que o Governo quer poupar na educação dos Portugueses é quer poupar com a restrição drástica do ensino superior público, o que, para nós, é extremamente preocupante.

Entretanto, reassumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente José Manuel Maia.

O Sr. Presidente (José Manuel Maia): — Tem a palavra o Sr. Secretário de Estado dos Recursos Educativos.

O Sr. Secretário de Estado dos Recursos Educativos: — Sr. Presidente, Sr. Deputado António Filipe: Pensamos que a educação é um assunto demasiadamente sério para se falar em demagogia. E pode crer, Sr. Deputado, que, da parte desta equipa do Ministério da Educação, nunca a ouvirá, o que me faz concluir que das duas uma: ou o Sr. Deputado está a usar demagogia ou não percebeu o que eu lhe disse!

O que eu lhe disse foi que, neste momento, a afectação do PIB ao sistema educativo são 5,17 % da gestão flexível,

quer dizer, das contrapartidas das dotações do Orçamento do Estado; a média comunitária é de 6 % e até é uma média baixa porque inclui países que têm ainda uma afectação do PIB relativamente baixa. Ora, não estamos muito longe daquilo que será a meta desejável de afectação do PIB ao sistema educativo.

Só que, Sr. Deputado, quando fazemos estas contas, não podemos esquecer-nos de que temos 150 milhões de contos do PRODEP a ser investidos no sistema educativo em 1990, 1991, 1992 e 1993; não podemos esquecer-nos de que as universidades têm financiamentos directos do programa «Ciência» e que, através de outros fundos e de outros programas estruturais, beneficiam directamente da canalização de investimentos significativos. Quer isto dizer, Sr. Deputado, se fizer as contas, que a afectação real dos fluxos financeiros para o sistema educativo em todas as suas componentes, que não podem ser espartilhadas (porque se as espartilharmos, não estamos a fazer uma análise séria e correcta do problema), é superior a 6 %, repito, é superior a 6 %.

Isto não é uma catástrofe, não é desequilíbrio, não é desinvestimento no sistema educativo, de maneira nenhuma. O drama é que, quando investimos 5,1 % do PIB no sistema educativo, 90 % destinam-se a encargos salariais. Esse é que é o drama! Por exemplo, no Japão o investimento em encargos salariais é de 50 %.

Não queremos desinvestir e o Sr. Deputado tem de perceber aquilo que eu disse: queremos dignificar todos e, sobretudo, queremos dignificar aquilo que não tem, neste momento, valorização, que é a vida, a qualidade do dia-a-dia das escolas, que se traduz na reparação do vidro, no haver electricidade para aquecer os alunos, água, giz para escrever nos quadros, etc. Isso, Sr. Deputado, pode ser e tem de ser conseguido.

Se mantivermos o crescimento descontrolado dos recursos que temos de gerir para gerar recursos, daqui a cinco anos teremos a afectação de 100 % do orçamento da Educação a salários. É fácil fazer as contas e é preciso ver isso! Ninguém está a dizer para «cortar», nem ninguém está a dizer para «desperdiçar». Estamos a dizer que, com muita seriedade — e isto é uma responsabilidade colectiva —, cada um de nós tem de pensar, em consciência, se está ou não a ter uma atitude séria e profissional quanto ao sistema educativo. É só isso que queremos dizer e, portanto, não venha falar em catástrofe, em desinvestimento, em não-sei-o-quê, porque os números estão à vista.

Se o Sr. Presidente me permitisse, e apesar de ter terminado o meu tempo, gostaria de responder às perguntas que me foram feitas.

O Sr. Presidente (José Manuel Maia): — Com certeza, Sr. Secretário de Estado, desde que seja muitíssimo breve.

O Orador: — Serei muito breve.

As bolsas dos estudantes do ensino superior cresceram 28 % e os investimentos do Plano para desenvolvimento da rede de apoio social no ensino superior cresceram 95 %. É uma aposta deste Governo reforçarmos, de uma maneira decidida, a componente de apoio social em todo o sistema educativo, com particular incidência no ensino superior que está altamente carenciado. E qualquer medida que venha a afectar directamente os alunos não será tomada sem antes se terem tomado as medidas adequadas para reforçar, de uma maneira decisiva e significativa, a qualidade do apoio social aos nossos estudantes. Sabemos que um estudante só pode ter produtividade e sucesso se tiver enquadramento sócio-cultural para desenvolver adequadamente a sua função.

O Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares: — Peço a palavra para interpelar a Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente (José Manuel Maia): — Tem a palavra o Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares.

O Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares: — De uma forma pouco imaginativa, mas sistemática, alguns deputados da oposição, em circunstâncias como a de hoje, contestam o critério do Governo na escolha dos membros do Governo que o representam nas sessões de perguntas ao Governo. Queria invocar o n.º 3 do artigo 238.º do Regimento, que diz que «o Governo escolhe as matérias a que responde, dando indicação da sua escolha e dos membros do Governo encarregados de responder até à sessão anterior àquela em que se realizam as perguntas».

Ora, para além da falta de imaginação, trata-se de um desrespeito por uma regra regimental e por uma regra política básica, que é a de o Governo ter o direito de escolher quem o representa e não prescindir desse direito, de acordo com critérios técnicos e políticos que só cabe ao Governo avaliar.

Portanto, eu fazia um apelo aos Srs. Deputados, particularmente aos da oposição, no sentido de prescindirem deste tipo de crítica — um tipo de crítica que já não colhe para os seus pares, que conhecem as regras regimentais, mas que ainda pode confundir a comunicação social e, através desta, os cidadãos que têm acesso a este tipo de intervenções. No entanto, se quiserem persistir neste tipo de críticas com pouca imaginação, agradeço que o façam como hoje, ou seja, avisem de manhã, na rádio, que vão fazer esta crítica, para nos permitirem preparar este tipo de contestação e de interpelações.

O Sr. Presidente (José Manuel Maia): — De um ponto de vista regimental, não há dúvida de que o Sr. Secretário de Estado tem razão. Tem a palavra o Sr. Deputado António Filipe.

O Sr. António Filipe (PCP): — A interpelação à Mesa do Sr. Secretário de Estado foi motivada pelo início da minha pergunta ao Governo; daí que eu pretenda usar a mesma figura regimental, se o Sr. Presidente mo permitir, para dizer que o problema que coloquei não foi regimental.

É evidente que o Governo pode fazer-se representar por quem muito bem entender na sessão de perguntas ao Governo — os ministros podem, obviamente, delegar nos secretários de Estado a sua representação aqui. A questão que coloquei foi, pura e simplesmente, uma questão política, porque entendemos que o Sr. Ministro da Educação, pelo alto cargo que ocupa, tem obrigação de não manter um profundo silêncio, designadamente perante a Assembleia da República, quando questões tão graves se colocam ao Ministério da Educação e quando é questionado todos os dias acerca delas, inclusivamente aqui, neste órgão de soberania. Esta não é, nunca, uma questão regimental, mas sim uma questão meramente política.

O Sr. Presidente (José Manuel Maia): — Para formular uma pergunta ao Sr. Secretário de Estado dos Recursos Educativos, tem a palavra a Sr.ª Deputada Julieta Sampaio.

A Sr.ª Julieta Sampaio (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário de Estado dos Recursos Educativos: Nos idos de 1988, propagandeava o Governo o programa de

desenvolvimento educativo para Portugal, então na sua fase fantasma. Isto é, ninguém sabia onde nem quem estudava tamanho empreendimento. Conheci, sem exagero, umas cinco versões, o que até podia ser abonatório, dada a profundidade do estudo, mas não era bem esse o caso, conforme na altura demonstrámos. Não me quero reter sobre essa fase propagandística, refiro-a apenas porque talvez ela possa fundamentar um velho ditado português: «Quem torto nasce, tarde ou nunca se endireita.»

O facto relevante, então por nós insistentemente denunciado, tem a ver com a falta de informação sobre o programa. No início da nova legislatura, de novo Governo, temos a obrigação de levantar as questões mais relevantes no sentido de sermos bem informados. Não pode o Governo esquecer que também temos um mandato — o mandato da oposição e de fiscalização do Governo.

No legado do ruinoso ciclo da era «Carneiro», conta-se igualmente a ausência de qualquer relatório de avaliação, de execução ou da qualidade do desenvolvimento do programa. É voz corrente que têm sido desviadas verbas do programa para outros fins que não esses inicialmente previstos. Contudo, não podemos nem confirmar nem infirmar tais ocorrências por falta de dados objectivos, designadamente por inexistência de qualquer informação oficial.

Grande parte da fundamentação para a existência de tal programa, com a qual genericamente todos devemos estar de acordo, assentou em alguns pressupostos bem identificados, como é o caso da elevada taxa de analfabetismo (15 %), numa população em que 86 % das pessoas apenas possui uma escolarização equivalente à da 6.ª classe.

Tanto mais verdade e preocupantes são esses números quando comparados com as mesmas percentagens nos restantes países europeus.

Salientavam-se, na altura, com razão, os desequilíbrios do sistema educativo português, designadamente os desvios entre a taxa de escolarização do Litoral, suas condições de acesso e leccionação, e o Interior, carente quer em instalações físicas quer em meios humanos, ou as grandes clivagens de desenvolvimento entre o ensino superior, nos grandes centros, nomeadamente em Lisboa, e o crescimento rápido e acentuado da população juvenil no Norte, ou, ainda, as gravíssimas condições de todo o parque escolar em acelerada degradação, que obviamente comprometem de forma decisiva a qualidade do ensino. Para não falar nas condições em que muitas escolas do ensino particular funcionam.

Com todo este quadro, o PRODEP apresentava-se como o verdadeiro salvador, a varinha mágica, que iria, num ápice de quatro fugazes anos, resolver as reconhecidas carências do sistema.

É certo que um programa desta natureza não só é desejável como imprescindível numa altura em que Portugal precisa de ultrapassar atrasos de gerações. É verdade que a manter-se tal atraso o desenvolvimento não será conseguido, ou criar-se-ão graves e novos desequilíbrios sociais, nomeadamente de mais desigualdades no acesso à educação.

Se tudo isso é verdade, também não podemos deixar que, por causa disso, se não respeitem critérios essenciais de boas contas. E, mesmo por causa disso, muito menos permitir que as verbas sejam desviadas para outros fins, por mais louváveis que eles possam ser.

Por isso, Sr. Secretário de Estado, as minhas interrogações: que razões levam a que não haja nenhum relatório de execução onde constem, nomeadamente, as verbas gastas e as condições em que o foram?

Que resultados em relação ao favorecimento do ensino profissional e técnico pode o Governo garantir? Como tem sido feita a aplicação dos fundos financeiros da Comunidade, designadamente, que percentagem de projectos têm sido concretizados? Qual a percentagem de verbas da Comunidade ainda não utilizadas?

Finalmente, corresponde à verdade que o Governo estará em vias de renegociação de mais verbas dos fundos comunitários? Não dizemos que mais dinheiro é mau, pelo contrário, perguntamos simplesmente a que preço.

Sr. Secretário de Estado, Srs. Deputados: Mais no dizer do governo anterior e menos no deste, a educação era a prioridade das prioridades. O silêncio desta equipa ministerial, ao fim de quase dois meses, é deveras significativo. Não conhecemos uma única afirmação do Ministro sobre toda a política educativa para os próximos anos nem uma indicação sobre os objectivos do PRODEP, em termos de realização ou de correcção de rumo. Mas já sabemos de algumas decisões, como aquela de transferir a Academia das Ciências para o Ministério do Planeamento e da Administração do Território, que nos indicam o desnorte e a desorientação desta equipa. Muito mau agouro, Sr. Secretário de Estado!

O Sr. António Braga (PS): — Muito bem!

A Oradora: — A relação com a Comunidade implica também uma postura de seriedade, tanto mais que, ainda há dias, ouvimos o Sr. Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação afirmar que Portugal já pertence aos países desenvolvidos.

O que se exige ao Governo, para além da informação objectiva e descomplexada, é rigor e transparência na execução dos programas, nomeadamente naqueles que consubstanciam a aplicação de fundos comunitários.

Outra e grave exigência é a eficácia real desses programas, isto é, que estes transmitam ao sistema educativo o impulso desejável por forma que as alterações se realizem nas áreas onde as carências se fazem sentir e não apenas organizar programas para consumir os dinheiros, como temos esteja a acontecer em muitos casos.

O Sr. Presidente (José Manuel Maia): — Sr.ª Deputada Julieta Sampaio, uma vez que já não dispõe de tempo, terá depois apenas um minuto para pedir mais algum esclarecimento.

Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado dos Recursos Educativos.

O Sr. Secretário de Estado dos Recursos Educativos: — Sr.ª Deputada, o PRODEP, como todos sabem, é um programa estratégico, que foi negociado entre o Governo Português e a Comunidade Económica Europeia, para, de uma maneira mais rápida e decidida, poder aproximar Portugal dos padrões desejáveis dos índices que balizam a qualidade, a eficácia, a produtividade do sistema educativo da Comunidade Económica Europeia.

O PRODEP — e para reforçar a natureza da minha explicação de há pouco — não está nos 5 % da afectação do PIB (produto interno bruto) ao sistema educativo, é para além disso. O programa foi negociado, aprovado e tem um período de execução nominal entre 1990 e 1993. Portanto, no desenvolvimento deste programa há basicamente três fases: a de candidatura, em que os agentes têm de responder ao programa (a da selecção e aprovação); a de execução financeira e a de execução material.

Havemos de compreender que, sendo um programa que tem por objectivo fundamental reforçar, de uma maneira decidida, as infra-estruturas de apoio ao ensino e que também tem componentes na acção de formação, de alfabetização, de formação no ensino profissional e até de alfabetização na franja da educação de adultos, é um programa que está em curso e temos de tentar verificar se esse percurso, desde o seu arranque em 1990, está a decorrer de acordo com o que estava previsto e se a continuação de desenvolvimento do programa até ao seu termo se mantém dentro das expectativas.

Devo dizer, Sr.^a Deputada, que o programa tem, em termos de projectos — só para tornar as coisas um pouco mais claras —, cinco subprogramas. Tem um subprograma de construção e apetrechamento de novas salas de aula; tem outro para o ensino profissional, com duas componentes — o apetrechamento das escolas profissionais e a formação para o ensino profissional; tem outro para a educação de adultos, com o objectivo de melhorar a alfabetização em Portugal; tem outro para o ensino superior e tem, ainda, uma medida de acompanhamento técnico do programa. Portanto, no fundo, trata-se de manter a máquina.

Sr.^a Deputada, relativamente ao primeiro subprograma, em termos de aprovações, estamos já com 110 % daquilo que é a dotação do programa. O que é que isto quer dizer? Quer dizer que temos em carteira um conjunto de 10 % de projectos que, no caso de Portugal conseguir negociar reforço junto da Comunidade Económica Europeia, ou agora ou mais tarde, poderão ser contemplados.

Portanto, o que estava previsto no PRODEP para o subprograma 1, e que foi aprovado, está, neste momento, comprometido e está na sua fase de execução. E a sua fase de execução aponta para (em 1990-1991) um avanço de cerca de 33 % relativamente àquilo que devia ser o percurso natural do programa neste ano. Isto significa que conseguimos avançar mais rapidamente, tanto do ponto de vista financeiro como do ponto de vista material, cerca de 33 % a execução desse programa.

Nos outros subprogramas, a situação é mais ou menos semelhante. No apetrechamento do ensino profissional estamos avançados relativamente à previsão de execução neste ano e no ensino superior estamos avançados cerca de 15 % em termos de arranque do projecto. Portanto, a comparação entre o padrão e o efectivo são 115 % ou 116 %.

Julgo que o PRODEP tem decorrido de uma maneira — pelo menos é essa a nossa preocupação — o mais transparente e divulgada possível. Os programas do PRODEP são normalmente objecto de publicação na imprensa; existe uma comissão nacional de acompanhamento do PRODEP; existem painéis de avaliação, que são o mais diversificados possível, garantindo-se, portanto, a máxima isenção e objectividade na avaliação das propostas.

A nossa unidade de gestão do PRODEP, como sabem, é o Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Educação, que tem documentos que são públicos — e terei muito gosto em enviar uma cópia à Sr.^a Deputada. Temos documentos de enquadramento de todo o programa PRODEP, temos o relatório de execução de 1990 e já temos o relatório de execução reportado a Julho de 1991.

Portanto, Sr.^a Deputada, relativamente ao acompanhamento, este é um programa que é fiscalizado pela CEE. A Sr.^a Deputada deve ter lido, com certeza, nos jornais que houve necessidade de reajustes das contrapartidas nacionais e comunitárias nalguns dos programas estruturais, que estão em curso em Portugal, mas também deve ter reparado que o PRODEP foi o único que não foi afectado. Isto quer dizer

que, quer o Governo quer a CEE, reconhecem aquilo que nunca ninguém deixou de reconhecer: que o PRODEP é um instrumento estratégico fundamental e importante para uma acção decidida de um aproximar dos níveis de qualidade e eficácia do sistema educativo aos padrões comunitários. Repito que isto não tem a ver com os 5,1 % do PIB, porque esse é um problema de natureza completamente diferente, que obriga a muita seriedade, coragem e reponsabilidade de todos.

O Sr. Presidente (José Manuel Maia): — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.^a Deputada Julieta Sampaio, que, como sabe, dispõe apenas de um minuto.

A Sr.^a Julieta Sampaio (PS): — Sr. Secretário de Estado, muito rapidamente, o que o senhor nos disse aqui sobre o PRODEP já nós sabíamos. É teoria geral!

V. Ex.^a não respondeu ao que, concretamente, foi perguntado. Não respondeu à questão dos relatórios de avaliação, não respondeu se há ou não verbas gastas noutros sectores que não os inicialmente previstos e também não nos disse como é que é feito o acompanhamento do desenvolvimento dos programas.

Por outro lado, o Sr. Secretário de Estado dá muita importância à imprensa, mas eu não dou assim tanta. Mas, já que a dá, devo dizer que o *Expresso* da semana passada trazia largas considerações sobre o PRODEP. Entre outras, dizia uma, que considero gravíssima: «o PRODEP é um dos 18 programas de desenvolvimento apoiados por dinheiros comunitários, em que o serviço da Secretaria de Estado do Planeamento e do Desenvolvimento Regional admitiu, de início, cortar substancialmente as ajudas públicas a cargo do Orçamento do Estado». Mais adiante dizia ainda: «[...] até aqui a equipa do Ministério da Educação foi colhida de surpresa [...]» e que pediu explicações de imediato.

Gostaria que o Sr. Secretário de Estado se pronunciasse — já que tanto acredita na imprensa —, e sem estar a fazer considerações, sobre se isto é ou não verdade.

O Sr. António Braga (PS): — Muito bem!

O Sr. Presidente (José Manuel Maia): — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado dos Recursos Educativos, que dispõe apenas de dois minutos.

O Sr. Secretário de Estado dos Recursos Educativos: — Sr.^a Deputada, pode crer, e já o afirmei, que contará, da parte desta equipa da Educação, com a máxima seriedade, frontalidade e abertura nas discussões destes problemas. Estamos cá para isso mesmo, e como achamos que isso é um problema nacional, queremos participar na discussão e resolução do mesmo.

Relativamente às perguntas que fez, os relatórios existem e são acompanhados pela Comunidade Económica Europeia — e terei muito gosto em enviar-lhe os documentos.

A manutenção do fluxo financeiro comunitário para Portugal depende da avaliação que a Comunidade faz. Se esse fluxo financeiro se mantém é porque aquilo que foi acordado e aquilo que está a ser feito é a mesma coisa. Não há, não pode haver, desvio do contrato que se estabeleceu com a Comunidade Económica Europeia relativamente ao que é — e pode ser verificado — a execução do PRODEP.

Portanto, não há desvios relativamente ao que estava previsto.

Há algumas medidas — e isso está nos relatórios — que têm previsto um apoio a sectores do ensino particular.

Além disso, o modo como se processa a avaliação dos projectos do PRODEP é um modo aberto. Existem regras, que estão definidas, existe uma comissão de avaliação, que selecciona os projectos — e devo dizer-lhe que esta comissão de avaliação é de uma enorme heterogeneidade —, são feitas propostas de selecção ao Ministério da Educação, não a esta equipa, portanto isto já vem de trás...

O Sr. Presidente: (José Manuel Maia) — Qucira terminar, Sr. Secretário de Estado.

Orador: — Termina já, Sr. Presidente.

E naturalmente que a enorme diversidade de opiniões que existe nessa equipa de avaliação nos garante, com certeza, que isto é feito com a máxima objectividade e com a máxima transparência.

Sr.ª Deputada, relativamente à questão que coloca da imprensa, penso que o que interessa é sabermos que vamos continuar a contar com o que estava previsto e que está em execução.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Penso que isso é que é importante, Sr.ª Deputada, e é isso que queremos fazer: caminhar para o futuro de uma maneira decidida, de uma maneira séria e de uma maneira corajosa. O que está para trás não interessa.

Portanto, relativamente a isso, penso que o que é importante — na minha visão positiva do que a Sr.ª Deputada referiu — é que o PRODEP se vai manter como estava previsto.

O Sr. Presidente (José Manuel Maia): — Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Nobre, para formular uma pergunta ao Sr. Secretário de Estado da Juventude sobre objectores de consciência.

O Sr. Luís Nobre (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, Sr. Secretário de Estado da Juventude: A objecção de consciência é um direito fundamental de cidadania, consagrado como tal na Constituição da República Portuguesa. Consiste no direito conferido a cada cidadão de poder recusar a prestação do serviço militar invocando motivos de consciência fundados em motivações diversas de índole religiosa, moral ou filosófica, optando assim, em alternativa, pela prestação de serviços à comunidade onde se encontra inserido, de forma que possa contribuir de forma não violenta e que se coadune com os seus princípios de vida para o seu desenvolvimento.

No entanto, Sr. Secretário de Estado, ser objector de consciência hoje em dia em Portugal é estigmatizante para quem opte por esta forma de prestar um serviço alternativo à comunidade. Parece não haver um esforço de dignificação do serviço cívico equivalente ao que sucede com a prestação do serviço militar. Gostaríamos de saber o que é que o Governo, de que V. Ex.ª faz parte, tenciona fazer para dignificar a prestação do serviço cívico e aqueles que o integram.

Gostava igualmente de saber quando é que o Governo pretende implementar o serviço de voluntariado para a recuperação, que possibilitará aos jovens colocados no serviço cívico poder cumpri-lo em missão de cooperação, aproximando desta forma povos e culturas unidos pela mesma língua no cumprimento de um dever de cidadania. Como V. Ex.ª sabe, é uma proposta do Programa de Governo.

Para terminar, gostaria apenas de ser esclarecido sobre a incidência que ainda hoje ocorre do número de casos de cidadãos que, por razões religiosas, se recusam a prestar o serviço cívico e como tal incorrem nas sanções penais decorrentes da própria lei. Pretendo ser esclarecido sobre o número e os seus casos.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente (José Manuel Maia): — Para responder, se assim o desejar, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado da Juventude.

O Sr. Secretário de Estado da Juventude (Ribcira da Silva): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Luís Nobre: Tenho grande satisfação em iniciar este segundo ciclo de convívio com esta Casa para responder a uma questão tão relevante como é o problema do Estatuto do Objector de Consciência e a problemática geral da objecção de consciência. A questão que o Sr. Deputado Luís Nobre coloca encerra um comentário e três esclarecimentos.

Relativamente ao comentário que refere de o estatuto do objector de consciência ser, de alguma forma, estigmatizante e pouco dignificado, quero comprometer-me a fazer tudo para que esse estigma, que eventualmente ainda possa existir, seja arredado da mentalidade dos cidadãos.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Muito bem!

O Orador: — E penso que temos de ter, efectivamente, uma dignificação do estatuto de modo que se verifique uma equivalência plena entre a forma como é reconhecido o serviço que o jovem presta na área militar ou na área civil. Várias experiências de objectores de consciência a prestarem serviço cívico mostraram que também é um contributo para a defesa da Nação e para o serviço ao País o trabalho que é desenvolvido no âmbito do serviço cívico. Portanto, esse é o meu compromisso.

Para conseguirmos essa dignificação — e respondendo à primeira questão que colocou —, existirão pelo menos três frentes importantes para que as coisas funcionem dentro deste quadro que referi. O primeiro aspecto, como esta Câmara bem sabe, é que vá por diante a alteração da Lei n.º 6/85 e, portanto, que o Decreto n.º 335/V, que esta Casa aprovou na generalidade por unanimidade, veja ultrapassadas algumas das situações de inconstitucionalidade que foram depois detectadas pelos acórdãos do Tribunal Constitucional. Estas são, sem sombra de dúvida, as primeira, segunda e terceira prioridades para responder ao problema da dignificação do Estatuto do Objector de Consciência.

Queria realçar também a disponibilidade do Governo para, em conjunto com a Câmara, trabalhar no sentido de, o mais rapidamente possível, podermos estar em condições de alterar a Lei n.º 6/85 e levarmos por diante o estatuto que foi aqui aprovado por unanimidade em Junho passado.

O segundo aspecto, que me parece ser bastante importante para este nosso objectivo de dignificação, é a publicação junto do jovem das alternativas que tem em termos de prestar o seu serviço à Nação. É extremamente importante que haja junto das câmaras municipais e junto dos DRM uma informação facilmente perceptível e sem uma carga extremamente pesada e burocrática, de modo que o jovem tenha o leque de formas de como pode prestar o seu serviço à Nação em alternativa ao serviço militar obrigatório.

O terceiro vector, obviamente, é o de dotar o Gabinete do Serviço Cívico com os meios humanos e os equipamentos

necessários para que os direitos e as regalias do objector de consciência possam ser garantidos com as mesmas condições de dignidade que são disponibilizadas aos jovens que vão cumprir o serviço militar obrigatório.

Voices do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Estes são os três aspectos que me parecem ser os suficientes para criarmos um ambiente que coloque em pé de igualdade o Estatuto do Objector de Consciência face ao jovem que vai, em alternativa, cumprir o serviço militar obrigatório.

Uma outra questão que colocou relativa a alguns números sobre o estado da «arte», neste momento, como é sabido, através da Lei n.º 39/91, que cobria aqueles casos — cerca de 18 007 — que era preciso regularizar, o processo está a decorrer normalmente e temos já hoje cerca de 1350 declarações emitidas e, portanto, a lei tem vindo, efectivamente, a dar os seus frutos e rapidamente ficaremos com todo este processo do passado arrumado.

Relativamente ao regime regular temos 1430 situações, das quais 90 % são, essencialmente, de jovens ligados à associação religiosa das Testemunhas de Jeová, o que levou — penso que é conhecido, em termos genéricos, o problema associado aos jovens que têm as suas convicções religiosas alinhadas pelos princípios das Testemunhas de Jeová — ao accionamento criminal de cerca de 950 casos, tendo havido 64 condenações. Este problema é extremamente polémico, existem múltiplos acordãos que são contraditórios e levou, inclusivamente, o Sr. Procurador-Geral da República a pedir, junto da Relação do Porto, um assento ao Supremo Tribunal de Justiça, que aguardamos. Mas, de qualquer forma, mais uma vez refiro que o ultrapassar desta situação só poderá ocorrer através do fazer andar o Decreto n.º 335/V para a frente.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Daqui decorre ainda, por último, a questão do serviço de voluntariado, a que damos imensa importância. O meu antecessor, o Sr. Deputado Miguel Macedo, trabalhou neste assunto em colaboração com a cooperação, estando o diploma praticamente ultimado. E como os objectores de consciência, em princípio, não são suficientes para fornecer contingente suficiente para o serviço de voluntariado jovem, será obviamente alargado a outros jovens que poderão prestar esse serviço e que é extremamente importante, a nosso ver, em termos de formação humana, de experiência humana e de cobrir uma lacuna de disponibilidade para esse serviço de voluntariado, nomeadamente junto dos PALOP, o que está, aliás, a ser coberto por serviços de voluntariado no âmbito do sistema francês, que está implementado e que cobre os cinco países africanos de língua oficial portuguesa.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente (José Manuel Maia): — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Nobre.

O Sr. Luís Nobre (PSD): — Sr. Secretário de Estado, gostava apenas de salientar que não considero como adquirido que para dignificar a prestação do serviço cívico baste a alteração da Lei n.º 6/85, o reforço do Gabinete e a divulgação. Penso que temos de ir mais longe.

Esta questão, que pode melindrar e estigmatizar uma pessoa durante todo o seu ciclo de vida, deve começar mais cedo, na escola, deve constar, possivelmente de forma curri-

cular, em algumas disciplinas onde se encarem os direitos e os deveres cívicos do cidadão, de modo que também este seja considerado um direito do cidadão. Gostaria que me esclarecesse sobre esta questão.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Muito bem!

O Sr. Presidente (José Manuel Maia): — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado da Juventude.

O Sr. Secretário de Estado da Juventude (Nuno Ribeiro da Silva): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Luís Nobre: Vou reter como extremamente interessante a sua sugestão. Efectivamente, penso que se justificará que haja uma colaboração entre a Secretaria de Estado da Juventude e o Ministério da Educação no sentido de se encontrarem formas de, na escola, transmitir ao estudante essa imediata sensibilidade para as diferentes possibilidades que o jovem poderá vir a ter de prestar o seu serviço à Nação, seja pela via do serviço cívico, seja pela via do serviço militar.

Como disse, vou reter essa sua sugestão e trabalharei com o Ministério da Educação no sentido de a colocar em prática.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Muito bem!

O Sr. Presidente (José Manuel Maia): — Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Pereira Marques, para formular uma pergunta sobre a situação do Teatro Nacional de São Carlos e as orquestras dependentes da Secretaria de Estado da Cultura, a qual será respondida pela Sr.ª Subsecretária de Estado Adjunta do Secretário de Estado da Cultura.

O Sr. Fernando Pereira Marques (PS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Em Junho do ano passado, no programa pomposamente chamado «1990-1994/Cultura: Anos de projecção», o Sr. Secretário de Estado da Cultura, Dr. Santana Lopes, anunciava o encerramento do Teatro Nacional de São Carlos e a posterior reabertura em 1992, a pretexto do bicentário do mesmo, que, aliás, se comemora de facto em 1993.

Tão surpreendidos ficaram perante tão inusitada medida os responsáveis desse Teatro — que não tinham sido ouvidos nem achados — como os Portugueses em geral.

Mas, passado mais de um ano, como se já se tratasse de uma fixação, a ameaça ressurgiu com novos cambiantes. Na verdade, tal como a rainha de «Alice no País das Maravilhas», que só sabia resolver as pequenas e grandes dificuldades mandando cortar cabeças, o Sr. Secretário de Estado, imitando-a, parece pretender resolver os problemas do Teatro Nacional de São Carlos decretando: «encerre-se ou extinga-se!»

Decerto a Sr.ª Subsecretária de Estado elucidará esta Câmara e a opinião pública sobre as reais intenções do Governo e a veracidade das notícias recentemente difundidas. No entanto, nelas, como em múltiplas declarações de entidades responsáveis, algumas constantes parecem corresponder a outras tantas linhas de força da política do Governo, que nos suscitam, desde logo, várias reflexões.

Uma dessas constantes é a da defesa, como solução providencial, do recurso ao mecenato e à iniciativa privada para suprir o vazio deixado pelo desinvestimento estatal no domínio cultural, nomeadamente no da actividade sinfónica e operática, que exige, muito particularmente, um sólido núcleo orçamental de base que só o Estado pode assegurar.

Trata-se de uma perigosa ilusão essa concepção de mecenato que pode pôr em risco a sobrevivência dessa actividade,

sinfónica e operática, já que não será sequer uma melhor e mais atraente Lei do Mecenato que alterará, de forma voluntarista, a realidade do país em que vivemos, as suas condicionantes económicas, a natureza das nossas *élites* dos negócios e das finanças e as nossas especificidades estruturais e sociológicas.

A outra constante é a da adopção permanente de medidas de carácter casuístico e desarticuladas, nomeadamente no que às orquestras diz respeito. Senão vejamos: a Régie Cooperativa Sinfonia, depois de um início que criou expectativas positivas, depara-se com uma situação financeira precária e está reduzida a pouco mais de 37 músicos; para a orquestra do São Carlos — suspensa, de facto, e impedida de tocar —, depois de se ter falado na sua fusão com a Régie, ofereceu-se agora a perspectiva, se isto se pode dizer — para os músicos que inevitavelmente ficariam de fora —, de uma integração na orquestra da Gulbenkian; e não falemos dos músicos das ex-orquestras da RDP, que continuam inactivos.

Que perspectivas pode assim haver não só para estes profissionais como sobretudo para os jovens músicos sem segurança de carreira nem de futuro? Como dar um salto qualitativo no panorama musical português sem uma acção integrada e em profundidade que envolva as orquestras com os conservatórios e com a formação técnica e artística? E, neste contexto, dever-se-ia ainda falar dos cantores e dos bailarinos, o que não me é possível aqui fazer.

Finalmente, outra constante é a da referência, como panaceia para todos estes males outros, ao futuro Centro Cultural de Belém (CCB). Acontece, porém, que dada a indefinição que continua a existir quanto à programação cultural deste empreendimento, que, pela sua natureza, deveria ter uma função estruturante no domínio da política cultural do País, parece estar a concretizar-se a previsão do reputado especialista José Sasportes quando afirmou: «Como a planificação cultural não se fez, a animação do CCB poderá ser feita à custa da desarticulação das poucas estruturas já existentes desde o Teatro São Carlos ao D. Maria».

Em suma, Sr.^a Subsecretária de Estado, a questão central poder-se-á resumir em saber se o Estado considera ou não importante que se faça em Portugal ópera, música e bailado de qualidade, numa óptica multifacetada e criativa, potenciando os valores portugueses e visando o enriquecimento colectivo.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente (José Manuel Maia): — Para responder, tem a palavra a Sr.^a Subsecretária de Estado Adjunta do Secretário de Estado da Cultura.

A Sr.^a Subsecretária de Estado Adjunta do Secretário de Estado da Cultura (Maria José Nogueira Pinto): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Fernando Pereira Marques: A situação vivida nos últimos meses no Teatro Nacional de São Carlos tornou evidente a necessidade de definir o futuro deste teatro de ópera.

Por outro lado, o protagonismo assumido pela orquestra na recente crise, aliado à situação da Régie Sinfonia e à crescente criação de orquestras — quase todas subsidiadas pela Secretaria de Estado da Cultura, num montante que em 1991 rondou cerca de meio milhão de contos — obriga à reflexão de um plano a nível nacional relativo às orquestras em particular e à música em geral.

A crise diagnosticada no Teatro Nacional de São Carlos não é um fenómeno isolado e tem raízes fundas no tempo, que têm a ver com uma situação geral de crise no sector da

música — que se vem arrastando —, com a questão salarial ou sindical, despoletada por factos mais recentes, mas originada, sem dúvida, em estatutos laborais obsoletos, com a inadequada e desenraizada natureza jurídica das próprias instituições, com o confronto entre filosofias diferentes para o mesmo espaço cultural, com o confronto mal enunciado e digerido com novas realidades e espaços alternativos e com os custos necessariamente elevados, mas não necessariamente tão elevados, de um teatro lírico.

O Teatro Nacional de São Carlos é uma instituição cultural de grande prestígio, com dois séculos de actividade e um papel de relevo na vida artística de Lisboa e de todo o país. Assim, não parece, pois, possível ser de encarar, mesmo como mera hipótese de trabalho, o seu encerramento definitivo.

Desta forma, o Estado deverá promover a criação de condições necessárias à manutenção da actividade regular de um teatro lírico com estas características. Mas o Estado não deverá prosseguir o tipo de apoio que vem sendo dado através da cobertura sistemática do défice nem deve manter uma estrutura jurídico-administrativa obviamente inadequada ou sofrer passivamente fluxos e refluxos de políticas musicais líricas, manifestamente desequilibradas, excessivamente onerosas, face aos resultados, e desencorajadoras do aperfeiçoamento e da promoção dos profissionais portugueses.

Assim, competirá ao Governo, considerando a priorização, em 1992, da reorganização desta área, traçar uma política nacional de música na qual se inserirá o modelo a prosseguir pelo Teatro Nacional de São Carlos.

Na génese e desenvolvimento dessa política estão presentes um objectivo e uma condicionante principais: o objectivo de criar condições para o desenvolvimento qualitativo e quantitativo da música e o aperfeiçoamento e promoção dos artistas portugueses e a condicionante, de que não nos podemos esquecer, de proceder a uma distribuição equitativa e equilibrada dos recursos existentes.

O Teatro Nacional de São Carlos, como é sabido, era um organismo da Secretaria de Estado da Cultura, e a partir de 1 de Julho de 1980 passou a revestir a natureza jurídica de empresa pública.

Gostaria ainda de dizer que, para além do coro de ópera, foram integrados no Teatro Nacional de São Carlos — edifício que data de 1793, mas que não é objecto de obras estruturais de restauração desde 1945 — a Orquestra Filarmonica de Lisboa em 1975 e a Companhia Nacional de Bailado em 1985. O Teatro dispõe de 330 efectivos permanentes e recorreu ainda à contratação de 67 outros profissionais, sendo o regime jurídico do pessoal o de contrato individual de trabalho, regendo-se pelo acordo de empresa em vigor. Excepcionam-se, no entanto, 40 % dos efectivos, cuja anterior situação de funcionários públicos veio a ser salvaguardada nos termos do Decreto-Lei n.º 259/80.

Desde 1990, o Teatro sofre de uma crescente instabilidade laboral, assente, fundamentalmente, em discordâncias relativas à política cultural prosseguida, ao subaproveitamento dos corpos residentes, a questões salariais e às condições contratuais. O Teatro Nacional de São Carlos tem vindo, em regra, a reduzir o número de espectáculos apresentados desde 1987, ano em que apresentou 160 espectáculos, até ao presente, apresentando este ano cerca de 60 espectáculos.

Esta redução drástica do número de espectáculos não teve, no entanto, correspondente redução nas receitas de bilheteira do Teatro, que se cifravam em 74 500 contos em 1987, cifrando-se este ano em cerca de 140 000 contos, dado o sistemático aumento do preço dos bilhetes.

Assistiu-se também à maior inclusão na programação de co-produções e produções com recursos a artistas estrangeiros. A actividade desenvolvida pelo Teatro Nacional de São Carlos no período compreendido entre 1989–1991 regista uma evolução financeira da qual revela: um aumento de custos de 1 036 753 contos; um aumento de receitas, excluídos os subsídios à exploração, de 244 153 contos; um aumento de 310 000 contos do subsídio de exploração. Registar-se-á, no início de 1992, um saldo de transição negativo dos exercícios anteriores de cerca de 987 000 contos.

O orçamento do Teatro Nacional de São Carlos foi, em 1990, de 1,740 milhões de contos; em 1991, foi de 2,037 milhões de contos e, em 1992, a manterem-se as actuais condições, será de 2,2 milhões de contos. O défice acumulado é de cerca de 1 milhão de contos, tendo-se realizado, durante este ano, como já disse, 60 espectáculos.

O Sr. Presidente (José Manuel Maia): — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Pereira Marques.

O Sr. Fernando Pereira Marques (PS): — Sr. Presidente, Sr.ª Subsecretária de Estado: Em primeiro lugar quero agradecer a sua presença — isso é certamente um prazer —, esperando ter mais oportunidades para debater consigo estas e outras questões.

Gostaria ainda de felicitar — e peço a V. Ex.ª que transmita estas felicitações — a súbita abertura ao diálogo, por parte do Sr. Secretário de Estado da Cultura, que ontem se deslocou ao Teatro Nacional de São Carlos para visitar as instalações e falar com a comissão de trabalhadores. De facto, somos muito sensíveis a essas manifestações de diálogo que, agora, o Sr. Secretário de Estado evidencia.

A Sr.ª Subsecretária de Estado fez aqui o diagnóstico de uma situação e trouxe elementos que também nós temos no essencial, salvo alguns dos números mais actuais, de que, claro, não dispomos.

Face a isso, direi que o argumento dos custos do Teatro Nacional de São Carlos, que apontam para os 2037 milhões de contos, se bem entendi, é um argumento de peso, mas traz logo um outro: o do rigor da política do Governo, a definição de prioridades, aquilo que deve ser definido como uma política cultural, que não tem sido até hoje definida, inclusive no domínio da música.

De facto, é-se sensível a esse argumento, mas não se pode esquecer a insensibilidade que o Ministro Ferreira do Amaral demonstra face ao fosso enorme entre aquilo que era previsto custar o Centro Cultural de Belém — cerca de 6 milhões de contos — e os 30 ou 40 milhões de contos que ele explica como sendo fruto dos caprichos dos artistas, que, obviamente, são incontroláveis.

Sr.ª Subsecretária de Estado, quando um ministro argumenta desta forma, num país com as carências e as limitações que temos, nomeadamente no plano da cultura, obviamente que não podemos ficar impressionados perante o argumento dos custos do Teatro Nacional de São Carlos. Ficaremos muito mais sensíveis aos argumentos da má gestão, da má política e da incoerência de critérios.

Por outro lado, a Sr.ª Subsecretária de Estado não nos ofereceu — isso foi anunciado e, segundo me parece, para a semana vai acontecer —, perspectivas concretas sobre o que fazer e qual vai ser a política no âmbito da música para o nosso país, nomeadamente se aquele célebre plano nacional de orquestras vai ou não em frente, qual o seu fascamento, critérios, calendarização e sobre que bases vai assentar.

Mas, em relação a um governo, como o de V. Ex.ª, que no seu programa defende como objectivos de política cultural a evocação de feitos que engrandecem a nossa nação e o enaltecimento da componente cultural da identidade nacional, eu, que sou tão patriota como VV. Ex.ª, devo dizer que fico extremamente envergonhado quando vejo circulares de sindicatos internacionais — do Sindicato dos Músicos Franceses e da Federação Internacional dos Músicos — a dizer aos seus músicos associados para não aceitarem qualquer contrato, longo ou curto, com a orquestra do Porto, tanto em Portugal como nas deslocações ao estrangeiro, particularmente a Bruxelas e à Europália; para não aceitarem qualquer contrato com as orquestras portuguesas até 31 de Dezembro; a impedir que qualquer orquestra venha tocar no Teatro Nacional de São Carlos, em Lisboa, ou coisas desse género; e o Sindicato Nacional dos Artífices Músicos de França a dizer que fica consternado ao ver que as autoridades portuguesas desprezam os músicos do seu país e não fazem o necessário para que a vida musical possa desenvolver-se normalmente com a sua participação.

Peço desculpa pela tradução um pouco atabalhoada que fiz das circulares, mas, Sr.ª Subsecretária de Estado, é este género de coisas que nos preocupa.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente (José Manuel Maia): — Para responder, tem a palavra a Sr.ª Subsecretária de Estado Adjunta do Secretário de Estado da Cultura.

A Sr.ª Subsecretária de Estado Adjunta do Secretário de Estado da Cultura: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Fernando Pereira Marques: Penso que das minhas palavras ficou claro que não é intenção do Governo — e penso que nunca foi — encerrar o Teatro Nacional de São Carlos.

O Sr. Fernando Pereira Marques (PS): — É uma boa notícia!

A Oradora: — No entanto, gostaria de dizer, porque penso que é uma questão que se aplica tanto ao Teatro Nacional de São Carlos como a qualquer outra instituição, que não é a questão do custo que está em causa mas, sim, a de saber se ele é adequado.

Penso que o Teatro Nacional de São Carlos, com maior produtividade cultural e com maior brilho, poderá, eventualmente, custar menos. Portanto, a questão aqui não será a de nos agarrarmos às formas mas, sim, a de conseguir manter esse Teatro não num regime de sobrevivência, como ele está, mas num regime de vivência e convivência como ele deveria estar.

O problema dos custos não é, em si, um problema definitivo, mas preocupa-me muito ver custos a crescer sem qualquer contrapartida, uma vez que, como referi, foram apenas 60 o número de espectáculos realizados este ano.

Penso que todo este trabalho terá em vista a dignificação do Teatro de São Carlos, mas, obviamente, isso vai obrigar a alterar formas existentes que, em meu entender, em si mesmas não são importantes, pois estão, naturalmente, ao serviço de objectivos e não são, em si mesmas, um objectivo.

Por conseguinte, se todas as formas que alterarmos forem no sentido de preservar o objectivo maior do Teatro Nacional de São Carlos — em plena actividade, devidamente dignificado e com um grau de satisfação —, que penso ser indispensável para os profissionais habilitados e com vontade de participar neste processo, julgo que elas são de somenos.

Quanto à extinção, como já referi, está fora de questão pela própria natureza do Teatro Nacional de São Carlos.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente (José Manuel Maia): — Srs. Deputados, antes de dar por encerrada esta sessão, permitia-me chamar a atenção de VV. Ex.^{as} de que a próxima reunião plenária se realizará na próxima terça-feira, dia 10, às 15 horas, em que terá lugar uma sessão solene comemorativa da aprovação pela Assembleia-Geral da ONU da Declaração Universal dos Direitos do Homem, com a presença de S. Ex.^a o Sr. Presidente da República.

Iniciar-se-á com a votação de um voto sobre Timor Leste e nela intervirão S. Ex.^a o Sr. Presidente da República, o Sr. Presidente da Assembleia da República e os representantes dos grupos parlamentares.

Está encerrada a sessão.

Eram 12 horas e 50 minutos.

Entraram durante a sessão os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PPD/PSD):

Carlos Miguel M. de Almeida Coelho.
Filipe Manuel da Silva Abreu.
Mário Júlio Montalvão Machado.
Vasco Francisco Aguiar Miguel.

Partido Socialista (PS):

Rosa Maria da Silva da Horta Albernaz.

Faltaram à sessão os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PPD/PSD):

Alberto Cerqueira de Oliveira.
António José Caeiro da Mota Veiga.
António Moreira Barbosa de Melo.
António Paulo Martins Pereira Coelho.

Carlos Almeida Figueiredo.
Fernando José Antunes Gomes Pereira.
Fernando Monteiro do Amaral.
Jaime Carlos Marta Soares.
Jaime Gomes Mil-Homens.
José Pacheco Pereira.
José Pereira Lopes.
Licínio Moreira da Silva.
Luís Manuel Costa Geraldès.
Manuel Albino Casimiro de Almeida.
Manuel Acácio Martins Roque.
Manuel da Costa Andrade.
Maria Leonor Beleza Mendonça Tavares.
Pedro Manuel Cruz Roseta.

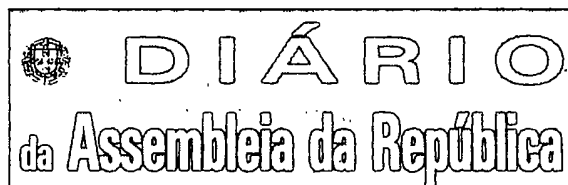
Partido Socialista (PS):

Alberto Arons Braga de Carvalho.
Alberto Manuel Avelino.
Alberto Marques de Oliveira e Silva.
Alberto de Sousa Martins.
António de Almeida Santos.
António Domingues Azevedo.
António Fernando Correia de Campos.
António Poppe Lopes Cardoso.
Helena de Melo Torres Marques.
João António Gomes Proença.
José A. Martins Goulart.
José Manuel Santos Magalhães.
Manuel Alegre de Melo Duarte.

Partido Comunista Português (PCP):

Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas.
João António Gonçalves do Amaral.
Lino António Marques de Carvalho.
Manuel Rogério Sousa Brito.
Miguel Urbano Tavares Rodrigues.

A Divisão de Redacção da Assembleia da República.



Depósito legal n.º 8819/85

IMPrensa Nacional-Casa da Moeda, E. P.

AVISO

Por ordem superior e para constar, comunica-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao *Diário da República* desde que não tragam aposta a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.



**PORTE
PAGO**

1 — Preço de página para venda avulso, 5\$; preço por linha de anúncio, 104\$.

2 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura, serão adquiridos ao preço de capa.

3 — Os prazos de reclamação de faltas do *Diário da República* para o continente e regiões autónomas e estrangeiro são, respectivamente, de 30 e 90 dias à data da sua publicação.

PREÇO DESTE NÚMERO 110\$00

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do «Diário da República» e do «Diário da Assembleia da República» deve ser dirigida à administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 — 1092 Lisboa Codex